



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Relatório da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECPF) com as Conclusões dos Trabalhos de Revisão/Procedimentos de Auditoria às Contas da Campanha Eleitoral para as Eleições Autárquicas realizadas em 9 de Outubro de 2005

## **BLOCO DE ESQUERDA – BE**

### **A Considerações Gerais**

- 1.** Os procedimentos de auditoria adoptados na Revisão às Contas da Campanha Eleitoral para as Eleições Autárquicas realizadas em 9 de Outubro de 2005, apresentadas pelo **Bloco de Esquerda**, doravante identificado como BE ou apenas Partido, contemplaram dois trabalhos distintos mas complementares:

(i) Análise e verificação, por nós efectuada, aos procedimentos adoptados pelo Partido na apresentação das suas Contas Autárquicas, em termos globais e individuais, contemplando os 128 Concelhos, atendendo, nomeadamente, aos aspectos seguintes:

- Reconciliação do somatório dos valores apresentados por Concelho com a contabilidade global da campanha;
- Verificação do cumprimento do limite de despesas, estabelecido por lei para cada um dos Concelhos;
- Verificação da correcta contabilização do valor da Subvenção Estatal;
- Verificação da correcta imputação das despesas centrais aos diversos Concelhos;
- Verificação da integral apresentação das listas de acções e de meios por parte de cada um dos Concelhos; e

- Verificação da integral apresentação dos extractos bancários para cada um dos Concelhos.

Os procedimentos por nós adoptados estão detalhadamente apresentados na Secção C deste relatório. As conclusões desta análise sumária, em termos globais, que conduziram a situações de limitações de âmbito ou a incorrecções verificadas estão descritas na Secção D deste relatório.

As Contas Financeiras da Campanha Eleitoral para as Eleições Autárquicas de Outubro de 2005 foram entregues pelo BE no Tribunal Constitucional em 8 de Maio de 2006.

- (ii) Procedimentos limitados de auditoria adoptados pela Firma PriceWaterhouseCoopers (PWC) relativamente a 45 Concelhos, seleccionados por nós, atendendo a critérios de materialidade e a outros considerados pertinentes.

Salientamos que relativamente aos 45 Concelhos seleccionados, o BE não concorreu a 5 desses Concelhos. Face ao exposto, os procedimentos de auditoria incidiram sobre os documentos de prestação de contas de 40 Concelhos.

Os procedimentos adoptados pela PWC estão detalhadamente descritos na Secção E deste relatório. As situações anómalas identificadas que conduziram a limitações de âmbito ou a incorrecções verificadas estão descritas na Secção F deste relatório.

2. O Relatório emitido pela PWC com data de 30 de Junho de 2006, remetido em Anexo, faz parte integrante deste Relatório, sendo a sua leitura indispensável para integral compreensão dos assuntos aqui relatados, relativamente aos 40 Concelhos seleccionados. Os assuntos que aqui mencionarmos de forma sintética estão detalhadamente apresentados no Relatório produzido pela PWC que foi entregue na E.C.F.P no dia 25 de Setembro de 2006.
3. O Relatório que a ECFP agora emite e envia à apreciação do **Bloco de Esquerda (BE)**, para além de apresentar um resumo das Contas de Receitas e Despesas de Campanha a nível agregado/consolidado e a nível concelhio – Secção B – e de descrever o âmbito dos trabalhos de auditoria efectuados pela ECFP - Secção C - e pela PWC – Secção E - sintetiza, nas Secções D e F as conclusões do trabalho de análise efectuado por nós e pela PWC.

4. Solicitamos aos serviços do **Bloco de Esquerda (BE)** que comentem cada um dos Pontos cujas conclusões sinteticamente apresentamos nas Secções D e F deste Relatório da ECFP. Se não nos for facultada documentação adicional ou esclarecimentos suplementares manteremos as conclusões constantes deste Relatório no Parecer final que viermos a emitir.
5. De entre as incorrecções, situações anómalas e situações de falta de informação identificadas por nós e pela PWC no decurso dos trabalhos de auditoria, gostaríamos de salientar, pela sua materialidade e gravidade, as situações seguintes:
- Em 102 dos 128 Concelhos em que concorreu (80%), o BE declara não ter obtido qualquer receita de angariação de fundos pecuniária (excluindo angariação de fundos em espécie). Destacam-se, pela sua dimensão, os Concelhos do Porto, Amadora, Braga, Cascais, Funchal, Loures, Odivelas, Oeiras – Ver Pontos 2 e 3 da Secção B;
  - As receitas de angariação de fundos em Salvaterra de Magos foram de 2.472 euros. Em Lisboa foram de 3.465 euros. No Porto não foi apurada qualquer Receita de angariação de fundos. Em Coimbra foram apurados 1.942 euros. Nestes Concelhos, as Despesas declaradas foram, respectivamente, de 39.142 euros, 191.979 euros, 75.133 euros e de 31.866 euros - ver pontos 2 e 3 da Secção B;
  - Existe uma divergência não explicada entre o valor da Subvenção Estatal recebida, constante dos Mapas de Receitas e Despesas preparados pelo BE no valor de 1.387.051 euros e o valor constante da informação recebida da Assembleia da República sobre a Subvenção Estatal atribuída a este Partido, no valor de 1.298.095 euros - ver ponto 3 da Secção D;
  - Foram identificadas contribuições financeiras à Campanha classificadas como adiantamentos à candidatura nacional e não registados na conta de Receitas de Campanha, no montante de 764.250 euros - Ver ponto 4 da Secção D;
  - As despesas de campanha estão sobreavaliadas em cerca de 220.639 euros referentes à aquisição de estruturas de cartazes - ver ponto 9 da Secção F ;
  - Foram identificadas despesas de Campanha com descritivo pouco claro que não estamos em condições de comprovar que sejam despesas de campanha - ver ponto 9 da Secção F;

- Não nos foi disponibilizada a totalidade dos extractos bancários referentes às contas bancárias de Campanha - ver ponto 11 da Secção D e ponto 5 da Secção F ;
- Não nos foram disponibilizadas, para 3 Concelhos, as listas de Acções de Campanha realizadas nos Concelhos, bem como os meios nelas utilizados – ver ponto 12 Secção D;
- Foram identificadas acções de Campanha mal relatadas nos Planos de actividade, acções de Campanha que estão omissas nas Contas, cujos meios/despesas e eventuais receitas não têm reflexo nas Contas de Despesas e de Receitas de campanha ou em que são encontradas divergências ao nível da despesa entre várias fontes de informação - ver pontos 2, 3 e 4 da Secção F;
- Foram identificados movimentos nas contas bancárias não reflectidos nas contas de receitas e despesas de campanha – ver ponto 6 da Secção F;
- Foram identificadas receitas de Angariação de Fundos sem identificação do doador em vários Concelhos – ver ponto 2 da Secção D e ponto 7 da Secção F;
- Foram identificadas receitas de campanha registadas em data posterior ao acto eleitoral – ver ponto 8 da Secção F;
- Foram identificadas Receitas de Angariação de Fundos não depositadas na Conta bancária – ver ponto 9 da Secção F;
- Foram identificadas despesas de campanha registadas em data posterior ao acto eleitoral – ver ponto 8 da Secção D e ponto 10 da Secção F;
- É nos impossível cruzar a informação disponível sobre quantidades de cartazes/outdoors afixados em cada Concelho e que foram objecto de inspecções físicas e de outros procedimentos de verificação, com as quantidades de cartazes facturadas pelos fornecedores, cuja despesa aparece reflectida contabilisticamente nas contas de receitas e despesas de cada Concelho – ver pontos 5 e 6 da Secção D e ponto 11 da Secção F. Este tipo de despesa tem uma importância relevante nas Despesas de Campanha;
- Foram identificadas despesas de Campanha não valorizadas a preços de mercado, conforme lista publicada pela ECFP – ver ponto 7 da Secção D e ponto 12 da Secção F;
- As contas apresentadas por muitos dos Concelhos não estão assinadas pelos respectivos Mandatários Financeiros – ver ponto 16 da Secção F;
- Não foram apresentados Balanços de Campanha – ver Ponto 17 da Secção F;

- Não foram apresentadas as provas de publicação dos Mandatários Financeiros para a totalidade dos Concelhos auditados – ver ponto 18 da Secção F;
- Não foi obtida resposta de um Fornecedor importante ao pedido de confirmação de saldos e transacções – ver ponto 19 da Secção F.

6. Na secção G do Relatório apresentamos a Conclusão da Auditoria atendendo aos elementos disponíveis até ao momento.

## B Informação Financeira

1. O BE no âmbito das actividades desenvolvidas na campanha eleitoral para as Eleições Autárquicas realizadas em 9 de Outubro de 2005 apurou uma receita global consolidada de 1.522.738,54 euros e uma despesa total consolidada de 1.520.970,70 euros.

Face ao valor das receitas e das despesas consolidadas apresentadas pelo BE, o saldo positivo (lucro) das contas consolidadas da campanha eleitoral em apreço ascendeu a 1.767,84 euros.

A Subvenção Estatal no montante de 1.387.051 euros representa 91,1% da receita total.

A Contribuição do Partido no valor de 110.000 euros representa 7,2% da receita total consolidada.

As Receitas de Angariação de Fundos totalizaram, apenas, 25.687 euros (1,7% das receitas totais)

2. Os mapas de receitas e despesas da campanha eleitoral para as Eleições Autárquicas realizadas em 9 de Outubro de 2005 apresentados pelo BE apresentam os valores seguintes:

### i) Conta de Receitas e Despesas Consolidadas:

CONSOLIDADO			
<i>Despesas</i>		<i>Receitas</i>	
Despesas	1.520.970,70	110.000,00	Contribuições do Partido
		1.387.051,00	Subvenção Estatal
		24.961,35	Angariação de Fundos
		171,17	
		555,02	Angariação de Fundos - Espécie
	<u>1.520.970,70</u>	<u>1.522.738,54</u>	

*ii) Conta de Receitas e Despesas da Estrutura Central de Campanha:*

<b>NACIONAL</b>			
<i>Despesas</i>		<i>Receitas</i>	
Despesas B/S	1.087.388,40	110.000,00	Contribuições do Partido
Dotação Financeira		1.387.051,00	Subvenção Estatal
		8.649,50	Angariação de Fundos
		171,17	Outras Receitas
	<u>1.087.388,40</u>	<u>1.505.871,67</u>	
Despesas B/S imputadas			
	<u>1.087.388,40</u>	<u>1.505.871,67</u>	

*iii) Conta de Receitas e Despesas das Estruturas Concelhias :*

<b>Concelhias</b>			
<i>Despesas</i>		<i>Receitas</i>	
Despesas	433.582,30		Contribuições do Partido
Despesas B/S imputadas	1.087.388,40	432.250,71	Dotação Financeira
		16.311,85	Angariação de Fundos
		555,02	Angariação de Fundos - Espécie
	<u>1.520.970,70</u>	<u>449.117,58</u>	

Decomposição por Concelhos:

CONCELHO	Receitas	Despesas	Resultado	Limite das Despesas	Dotação da Sede	Receitas Ang. Fundos	Ang. de Fundos Espécie	Despesas Directas	Despesas Imputadas
Abrantes	2.790	11.496	-8.706	112.410	2.790	0	0	2.780	8.716
Águeda	1.704	5.249	-3.544	112.410	1.704	0	0	1.673	3.576
Albergaria a Velha	957	3.213	-2.255	112.410	957	0	0	957	2.255
Alcácer do Sal	1.315	5.130	-3.814	112.410	1.315	0	0	1.315	3.814
Alcobaca	1.340	7.640	-6.300	112.410	1.340	0	0	1.332	6.307
Alcochete	996	4.593	-3.597	112.410	996	0	0	996	3.597
Alenquer	500	3.066	-2.566	112.410	500	0	0	307	2.759
Alijó	273	1.506	-1.234	112.410	273	0	0	273	1.234
Almada	10.496	36.465	-25.969	337.230	9.996	500	0	10.496	25.969
Almodovar	300	2.116	-1.816	56.205	300	0	0	299	1.816
Amadora	4.866	24.212	-19.345	337.230	4.866	0	0	4.887	19.325
Amarante	6.295	11.937	-5.642	112.410	5.740	0	555	6.283	5.654
Angra do Heroísmo	1.300	4.064	-2.764	112.410	1.300	0	0	889	3.174
Aveiro	5.880	18.383	-12.503	168.615	5.880	0	0	3.001	15.383
Barcelos	4.265	14.803	-10.538	168.615	4.265	0	0	3.351	11.452
Barreiro	4.300	17.193	-12.893	168.615	4.300	0	0	4.201	12.992
Batalha	300	1.024	-724	112.410	300	0	0	303	721
Beja	1.436	9.551	-8.115	112.410	1.436	0	0	1.436	8.115
Belmonte	500	2.077	-1.577	56.205	500	0	0	252	1.825
Benavente	1.100	3.233	-2.133	112.410	1.100	0	0	1.100	2.133
Braga	13.316	38.621	-25.305	337.230	13.316	0	0	12.473	26.148
Bragança	1.500	9.728	-8.228	112.410	1.500	0	0	1.287	8.440
Caldas da Rainha	1.384	7.935	-6.551	112.410	1.384	0	0	1.384	6.551
Calheta	1.000	1.072	-72	112.410	1.000	0	0	862	210
Camara de Lobos	1.300	3.439	-2.139	112.410	1.300	0	0	1.274	2.165
Caminha	1.170	4.276	-3.106	112.410	1.170	0	0	1.139	3.137
Cartaxo	1.200	5.469	-4.269	112.410	1.200	0	0	155	5.314
Cascais	2.531	24.152	-21.621	337.230	2.531	0	0	2.531	21.621
Castelo Branco	1.800	10.422	-8.622	112.410	1.800	0	0	1.796	8.626
Castelo de Paiva	1.000	2.814	-1.814	112.410	1.000	0	0	997	1.817
Castro Verde	770	5.043	-4.273	56.205	770	0	0	756	4.286
Cinfães	1.000	2.656	-1.656	112.410	1.000	0	0	972	1.684
Coimbra	8.342	31.866	-23.524	337.230	6.400	1.942	0	8.298	23.568

Covilhã	1.300	8.144	-6.844	112.410	1.300	0	0	1.300	6.843
Elvas	1.000	3.487	-2.487	112.410	1.000	0	0	974	2.512
Entroncamento	4.780	15.539	-10.759	112.410	4.780	0	0	4.779	10.760
Espinho	1.830	6.542	-4.712	112.410	1.830	0	0	1.820	4.722
Estremoz	3.130	7.057	-3.927	112.410	2.060	1.070	0	1.776	5.281
Évora	1.000	5.380	-4.380	112.410	1.000	0	0	509	4.871
Fafe	3.050	9.173	-6.123	112.410	3.050	0	0	3.036	6.137
Faro	6.713	19.282	-12.569	112.410	6.713	0	0	6.661	12.621
Felqueiras	4.385	10.215	-5.830	112.410	4.385	0	0	4.381	5.834
Figueira da Foz	3.630	13.372	-9.742	168.615	3.630	0	0	3.536	9.836
Figueira de Castelo Rodrigo	709	2.394	-1.686	56.205	709	0	0	705	1.689
Funchal	17.500	27.619	-10.119	337.230	17.500	0	0	16.494	11.125
Gondomar	5.350	24.114	-18.764	337.230	5.200	150	0	4.857	19.257
Grândola	1.300	5.319	-4.019	112.410	1.300	0	0	1.299	4.020
Guarda	1.341	9.715	-8.374	112.410	1.241	100	0	1.338	8.377
Guimarães	6.235	21.861	-15.626	337.230	5.865	370	0	6.235	15.626
Horta	1.175	3.729	-2.554	112.410	1.175	0	0	2.108	1.622
Lagoa	796	1.941	-1.145	112.410	796	0	0	796	1.145
Lagos	1.000	4.021	-3.021	112.410	1.000	0	0	990	3.031
Leiria	3.100	16.229	-13.129	168.615	3.000	100	0	3.098	13.130
Lisboa	77.465	191.979	-114.514	505.845	74.000	3.465	0	74.553	117.426
Loulé	3.200	11.435	-8.235	112.410	3.200	0	0	3.192	8.243
Loures	5.300	29.027	-23.727	337.230	5.300	0	0	5.269	23.758
Lousã	1.170	7.850	-6.680	112.410	1.170	0	0	1.169	6.681
Macedo de Cavaleiros	300	514	-214	112.410	300	0	0	300	214
Machico	1.460	2.087	-627	112.410	1.460	0	0	1.418	670
Maia	3.435	13.933	-10.498	168.615	3.435	0	0	3.417	10.516
Marinha Grande	3.742	10.607	-6.865	112.410	3.420	322	0	3.725	6.882
Matosinhos	6.638	26.036	-19.398	337.230	6.413	225	0	6.578	19.458
Melgaço	1.100	2.102	-1.002	112.410	1.100	0	0	1.078	1.024
Miranda do Corvo	1.347	3.273	-1.926	112.410	1.000	347	0	758	2.515
Moita	2.835	13.350	-10.515	168.615	2.835	0	0	2.835	10.516
Monção	360	1.056	-696	112.410	360	0	0	334	723
Monforte	500	1.283	-783	56.205	500	0	0	351	932
Montalegre	1.934	6.802	-4.868	112.410	1.934	0	0	1.931	4.871
Montijo	986	7.696	-6.710	112.410	986	0	0	986	6.710
Mora	500	2.835	-2.335	56.205	500	0	0	584	2.252
Nazaré	1.036	5.869	-4.833	112.410	1.036	0	0	1.043	4.826
Odemira	500	2.420	-1.920	112.410	500	0	0	482	1.938
Odivelas	4.510	25.945	-21.435	337.230	4.510	0	0	4.499	21.447
Oeiras	3.734	29.237	-25.503	337.230	3.734	0	0	3.742	25.495
Ourique	400	1.694	-1.294	56.205	400	0	0	393	1.301
Ovar	4.262	9.641	-5.379	112.410	4.050	212	0	4.263	5.378
Palmela	1.300	7.805	-6.505	112.410	1.300	0	0	1.297	6.507
Paredes	1.710	6.774	-5.064	168.615	1.710	0	0	1.714	5.060
Penafiel	711	5.595	-4.884	168.615	711	0	0	741	4.854
Pombal	500	1.332	-832	112.410	500	0	0	86	1.246
Ponta Delgada	5.260	16.119	-10.859	168.615	5.260	0	0	5.305	10.814
Ponta do Sol	500	1.032	-532	56.205	500	0	0	423	609
Ponte da Barca	1.600	3.033	-1.433	112.410	1.100	500	0	1.498	1.535
Portalegre	1.500	6.521	-5.021	112.410	1.500	0	0	1.461	5.060
Portimão	1.410	9.872	-8.462	112.410	1.410	0	0	1.396	8.476
Porto	16.145	75.133	-58.988	505.845	16.145	0	0	15.877	59.256
Porto Moniz	500	675	-175	56.205	500	0	0	465	210
Porto Santo	500	599	-99	56.205	500	0	0	389	210
Póvoa de Varzim	5.047	11.820	-6.772	168.615	4.967	80	0	5.028	6.792
Praia da Vitória	1.000	1.601	-601	112.410	1.000	0	0	634	968
Redondo	1.096	2.574	-1.478	56.205	1.096	0	0	1.099	1.475
Ribeira Brava	1.060	1.839	-779	112.410	1.060	0	0	1.055	784
Ribeira Grande	1.000	2.010	-1.010	112.410	1.000	0	0	996	1.015
S. João da Madeira	1.000	4.974	-3.974	112.410	1.000	0	0	1.000	3.974
S. Vicente	575	1.174	-599	56.205	575	0	0	565	609
Sabrosa	300	453	-153	56.205	300	0	0	244	210
Salvaterra de Magos	28.332	39.142	-10.810	112.410	25.860	2.472	0	28.178	10.963
Santa Comba Dão	1.525	3.077	-1.552	112.410	1.500	25	0	1.507	1.570
Santa Cruz	1.300	5.150	-3.850	112.410	1.300	0	0	1.273	3.877
Santa Maria da Feira	4.450	21.462	-17.012	337.230	4.000	450	0	4.450	17.012
Santana	500	1.111	-611	56.205	500	0	0	442	670
Santarém	4.208	17.499	-13.292	168.615	4.208	0	0	4.020	13.479
Santiago de Cacém	4.765	11.644	-6.879	112.410	4.550	215	0	4.754	6.890
Seixal	6.350	25.226	-18.876	337.230	6.350	0	0	6.344	18.882
Serpa	500	2.380	-1.880	112.410	500	0	0	438	1.942

Sertã	946	3.053	-2.107	112.410	946	0	0	946	2.107
Sesimbra	2.472	11.547	-9.075	112.410	1.972	500	0	2.472	9.075
Setúbal	9.113	25.544	-16.430	168.615	8.393	720	0	9.113	16.430
Silves	1.085	6.763	-5.678	112.410	1.085	0	0	1.082	5.682
Sines	579	3.890	-3.312	112.410	579	0	0	579	3.312
Sintra	6.747	41.477	-34.730	337.230	4.860	1.887	0	6.747	34.730
Tavira	3.947	11.925	-7.978	112.410	3.947	0	0	3.947	7.978
Tomar	1.670	7.454	-5.784	112.410	1.670	0	0	1.667	5.788
Torres Novas	6.278	13.393	-7.115	112.410	6.278	0	0	6.291	7.102
Valongo	2.116	12.482	-10.366	168.615	2.015	101	0	2.101	10.382
Velas	500	1.081	-581	56.205	500	0	0	459	621
Viana do Castelo	2.890	8.839	-5.949	168.615	2.700	190	0	2.771	6.068
Vidigueira	315	2.128	-1.813	56.205	315	0	0	315	1.814
Vieira do Minho	1.441	3.632	-2.191	112.410	1.328	114	0	1.437	2.196
Vila do Bispo	1.714	8.772	-7.058	56.205	1.714	0	0	1.964	6.808
Vila do Conde	7.000	13.778	-6.778	168.615	7.000	0	0	6.835	6.944
Vila Flor	300	510	-210	56.205	300	0	0	300	210
Vila Franca de Xira	3.230	18.608	-15.378	168.615	3.230	0	0	3.202	15.407
Vila Nova de Famalicão	6.402	20.767	-14.365	337.230	6.402	0	0	5.608	15.159
Vila Nova de Gaia	7.564	34.857	-27.293	337.230	7.395	169	0	7.564	27.293
Vila Real de St. António	3.050	8.472	-5.422	112.410	3.050	0	0	2.608	5.865
Viseu	3.086	14.186	-11.100	168.615	3.000	86	0	2.470	11.716
Vizela	1.000	3.940	-2.940	112.410	1.000	0	0	783	3.157

128 - Concelhos 451.354 1.520.971 -1.069.616

434.488 16.312 555 433.582 1.087.388

Contas Apresentadas pelo BE

432.251 16.312 555 433.582 1.087.388

Diferença

2.237 0 0 0 0

**3.** Nesta apresentação da Informação Financeira, gostaríamos de chamar a atenção para os aspectos seguintes:

**3.1** Em 102 dos 128 Concelhos em que concorreu (80%), o BE declara não ter obtido qualquer receita de angariação de fundos pecuniária (excluindo angariação de fundos em espécie). Destacam-se, pela sua dimensão, os Concelhos seguintes:

CONCELHO	Receitas	Despesas	Resultado	Limite das Despesas	Dotação da Sede	Receitas Ang Fundos	Ang de F Espécie	Despesas Directas	Despesas Imputadas
Amadora	4.866	24.212	-19.345	337.230	4.866	0	0	4.887	19.325
Braga	13.316	38.621	-25.305	337.230	13.316	0	0	12.473	26.148
Cascais	2.531	24.152	-21.621	337.230	2.531	0	0	2.531	21.621
Funchal	17.500	27.619	-10.119	337.230	17.500	0	0	16.494	11.125
Loures	5.300	29.027	-23.727	337.230	5.300	0	0	5.269	23.758
Odivelas	4.510	25.945	-21.435	337.230	4.510	0	0	4.499	21.447
Oeiras	3.734	29.237	-25.503	337.230	3.734	0	0	3.742	25.495
Porto	16.145	75.133	-58.988	505.845	16.145	0	0	15.877	59.256
Seixal	6.350	25.226	-18.876	337.230	6.350	0	0	6.344	18.882
Vila Nova de Famalicão	6.402	20.767	-14.365	337.230	6.402	0	0	5.608	15.159

Em todos estes Concelhos e noutros em que foi muito reduzida a receita apurada com angariação de fundos, foi muito relevante a Despesa incorrida - casos de Lisboa, Almada, Coimbra, Gondomar, Salvaterra de Magos, Sintra e Vila Nova de Gaia.



**C Âmbito dos Trabalhos de Análise/Verificação Adoptados pela ECFP Relativamente à Totalidade dos Concelhos e à Informação Agregada/Consolidada (Procedimentos Limitados de Auditoria)**

Os procedimentos de análise e verificação adoptados pela ECFP às contas da Campanha Eleitoral para as Eleições Autárquicas realizadas em 9 de Outubro de 2005, apresentadas pelo BE, foram os seguintes:

- (i) Reconciliação do somatório dos valores apresentados por Concelho (receitas/despesas), com a contabilidade global da campanha;
- (ii) Verificação do cumprimento do limite de despesas, estabelecido por lei para cada um dos Concelhos;
- (iii) Obtenção de confirmação do valor da Subvenção Estatal atribuída ao Partido no âmbito das Eleições Autárquicas, junto da Assembleia da República;
- (iv) Verificação da correcta contabilização do valor da Subvenção Estatal atribuída ao Partido no âmbito das Eleições Autárquicas;
- (v) Verificação da razoabilidade da imputação das despesas centrais aos diversos Concelhos;
- (vi) Comprovação que para cada Concelho foi apresentada uma lista de acções realizadas durante a campanha eleitoral, bem como os meios nelas utilizados, que envolveram um custo superior a um salário mínimo nacional;
- (vii) Verificação que para cada um dos Concelhos o Partido apresentou à ECFP todos os extractos bancários que comprovam o recebimento de todas as receitas e o pagamento de todas as despesas;
- (viii) Verificação da existência de todos os extractos bancários, desde a abertura até ao encerramento da conta; e
- (ix) Análise sumária através de procedimentos de revisão analítica da razoabilidade das receitas e despesas apresentadas por Concelho.

**D Limitações ao Âmbito dos Trabalhos de Análise e aos Procedimentos de Verificação Adoptados pela ECFP ou Incorreções Verificadas Relativamente à Totalidade dos Concelhos e à Informação Agregada Consolidada**

**1. Acções Mal Relatadas no Plano de Actividades de Campanha Eleitoral – Conta da Estrutura Central**

A análise do plano de actividades de campanha eleitoral da estrutura central de campanha, permitiu identificar acções mal relatadas.

O Relatório da PWC refere -§ 5.7 – Impossibilidade de confirmar que todas as acções da campanha foram reflectidas nas contas – Conta central – que:

*"O BE apresentou no dia 8 de Maio de 2006 um plano de actividades à ECFP, que entendemos como lista das acções da campanha.*

*A análise ao referido plano de actividades para a Conta Central, permitiu-nos constatar a existência de acções mal relatadas, sem identificação do local da acção, data da acção e/ou dos meios utilizados nas acções, das quais destacamos*

<b>Data de realização</b>	<b>Designação da acção</b>
27-07-2005 a 31-07-2005	Acampamento Nacional de Jovens
01-07-2005 a 16-08-2005	Rede Nacional de Outdoors
09-04-2005 a 16-08-2005	Manutenção da Sede Nacional de Campanha e Gestão Central
17-08-2005 a 07-10-2005	Rede nacional de Outdoors
17-08-2005 a 31-08-2005	Caravana de Verão
17-08-2005 a 31-10-2005	Manutenção da Sede Nacional de Campanha e Gestão Central
17-08-2005 a 07-10-2005	Criação de um conjunto de materiais de apoio à caravana e às iniciativas locais
01-09-2005 a 07-10-1005	Secções/jantares

Face ao exposto, solicitamos ao BE que nos envie as listas com a descrição detalhada e integral dos meios (despesas) envolvidos nas acções acima descritas.

**2. Receitas de Angariação de Fundos – Conta da Estrutura Central – Sem suporte documental adequado**

Em conformidade com o nº3 do artigo 16º da Lei nº19/2003, de 20 de Junho, o produto da actividade de angariação de fundos é obrigatoriamente titulado por cheque ou por outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem.

A PWC identificou receitas de actividades de angariação de fundos registadas na Conta Central, sem suporte documental adequado:

Acresce que conforme solicitado nas recomendações da ECFP e era obrigação legal, de acordo com o disposto na alínea b) do nº7 do artigo 12º da Lei nº19/2003, de 20 de Junho, o BE deveria ter apresentado uma lista das receitas decorrentes do produto da actividade de angariação de fundos, com indicação do tipo de actividade e data de realização.

Actividade	Data	Valor	Nota
Acampamento para jovens	N/A	3.800	Inscrições - Não existem recibos e/ou lista de participantes
Acampamento para jovens	N/A	1.120	Receitas do Bar - Não existem recibos e/ou lista de artigos
Jantar das campanhas da Distrital de Lisboa - <b>(A)</b>	N/A	2.520	Não existem recibos e/ou lista de participantes
Jantar de encerramento da campanha - <b>(B)</b>	N/A	1.178	Não existem recibos e/ou lista de participantes
Jantar de encerramento da campanha	N/A	32	Outras contribuições - Não existem recibos
		<u>8.650</u>	

**(A)** – Contribuições para o jantar – 10 euros cada

**(B)** – Contribuições para o jantar – 7,5 euros cada

O Relatório da PWC refere -§ 5.8 – Deficiências no processo de angariação de fundos – Conta central – que:

*"No decorrer do nosso trabalho foram identificadas as seguintes receitas de actividades de angariação de fundos registadas na Conta Central, sem suporte adequado.*

*(...) Tendo em consideração o acima exposto, o produto das actividades de angariação de fundos não se encontra registado nas contas da Campanha Eleitoral em conformidade com o estabelecido pelos artigos 12º e 16º da Lei nº 19/2003, de 20 de Junho.*

*Adicionalmente, consideramos que estas receitas deveriam ter sido imputadas às contas dos concelhos que beneficiaram destas actividades, pelo que as receitas destes concelhos estão subavaliadas em montante que, tendo em consideração a informação disponível, não estamos em condições de quantificar.*

*Segundo o esclarecimento do Partido, no que respeita à relação entre a campanha e o benefício eleitoral do Acampamento para jovens referido acima: "Tratando-se de uma iniciativa realizada em plena pré-campanha, cerca de 70 dias antes da data das eleições, incluindo várias sessões de formação e debate político com jovens activistas e/ou candidatos, julgamos ser clara essa relação. Quanto ao benefício eleitoral, não temos forma de o determinar, mas recordamos que a lei consagra igualmente como despesas da campanha as efectuadas "com intuito....eleitoral" e quando a isso julgamos que não restarem dúvidas".*

Face ao exposto, solicitamos que o BE nos envie a lista das receitas de angariação de fundos com identificação do tipo de actividade, data de realização, lista de participantes e respectivas contribuições.

### **3. Confirmação do Valor da Subvenção Estatal Atribuída Pela Assembleia da República. Divergências entre Valores**

Solicitámos à Assembleia da República informação relativa aos valores da Subvenção Estatal atribuída ao BE no âmbito das Eleições Autárquicas de 2005. De acordo com ofício nº 199/GABSG/2007 da Assembleia da República, datado de 6 de Fevereiro de 2007, o total de Subvenção Estatal atribuída ascendeu a 1.298.094,99 euros.

De acordo com os mapas de Receitas e Despesas da Campanha Eleitoral apresentados pelo BE ao Tribunal Constitucional o valor registado na rubrica "Subvenção Estatal" ascende a 1.387.051,0 euros.

#### Quadro Resumo

	<u>Subvenção Estatal</u>
Ofício da Assembleia da República	1.298.095
Mapa de Receitas e Despesas	1.387.051

Face ao exposto, solicitamos que o BE explique a razão das divergências dos valores da Subvenção Estatal referidos acima e que nos envie a prova do valor efectivamente recebido da Assembleia da República referente à Subvenção Estatal – Autárquicas 2005.

#### 4. Contribuições Financeiras Atribuídas à Campanha Classificadas como “Adiantamentos à Candidatura Nacional” e não Registadas nas Contas, como Receita

De acordo com as contas da Campanha Eleitoral e as respectivas notas explicativas apresentadas pelo BE ao Tribunal Constitucional, verificámos a existência de contribuições financeiras efectuadas pelo partido e por particulares classificadas como “Adiantamentos à Candidatura Nacional” e não reflectidas na conta de receitas da Campanha no montante de 764.250 euros.

Origem	Período	Valor	Reembolso
Bloco de Esquerda	05-07-2005 a 26-09-2005	275.000	em 23-03-2006 e em 24-04-2006
Particulares	05-07-2005 a 26-09-2005	10.000 (A)	em 18-04-2006
Bloco de Esquerda	31-10-2005	149.250	em 18-04-2006
		434.250	
Bloco de Esquerda	27-01-2006 a 06-03-2006	330.000	
		<u>764.250</u>	

(A) –Armand Munõz/Miguel Portas

Salientamos que o valor de 434.250 euros de adiantamentos foi devolvido após o recebimento da Subvenção Estatal em 10 de Março de 2006.

#### O Relatório da PWC refere -§ 5.2 – Certificação da contribuição do Partido

*“Verificámos também a existência de contribuições efectuadas pelo Partido, que em virtude da classificação como “Adiantamentos à candidatura nacional” e da sua devolução ao Partido em data posterior à das eleições, não foram registados como receitas da campanha, embora tenham como suporte documental uma certificação idêntica à verificada nas contribuições. No entanto, a esta data, não nos é possível aferir sobre a adequacidade de parte do valor reportado de Adiantamentos, dado que ainda não se verificou a devolução de €330.000, conforme indicado pelo Partido no Mapa de Adiantamentos à candidatura nacional, apresentado ao Tribunal Constitucional conjuntamente com as contas da campanha.”*

#### O Relatório da PWC refere -§ 5.12 – Empréstimos

*“A análise efectuadas às receitas da Campanha Eleitoral, permitiu-nos identificar uma entrada de fundos em 23 de Setembro de 2005 na conta bancária específica da Conta central, identificada como empréstimo (€10.000), cuja saída pelo respectivo reembolso ocorreu em 18 de Abril de 2006.”*

Entendemos, que os adiantamentos não reembolsados à data de apresentação das contas deveriam fazer parte do Resultado da Campanha Eleitoral, visto terem sido recebidos e movimentados numa conta bancária aberta especificamente para as actividades da Campanha.

Face ao exposto, a rubrica de Receitas – Contribuições do Partido e o Resultado da Campanha encontram-se subavaliados em cerca de 330.000 euros.

Solicitamos a eventual contestação.

## **5. Impossibilidade de Avaliar a Correção e Razoabilidade da Repartição, por Concelhos, das Despesas de Campanha Suportadas Centralmente**

Verificámos que o valor total das despesas de campanha eleitoral suportadas centralmente e registadas na conta central da campanha ascende a 1.087.388,40 euros.

A totalidade das despesas centrais foi imputada aos diversos Concelhos de acordo com critérios: (i) demográficos, (ii) objectivos políticos e (iii) o número real de cartazes afixados por Concelho.

<u>Despesas Centrais</u>	<u>Valor</u>	<u>Critérios de Imputação</u>
Cartazes e outros meios publicitários	444.143	O número real de cartazes por Concelho
Outras despesas	<u>643.245</u>	Conjugação de critérios de base demográfica e critérios de natureza política
	<u>1.087.388</u>	

O Relatório da PWC refere -§ 5.9.4 – Despesas imputadas (pela Conta central aos concelhos - que:

*Foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central específico (Grafisdecor), no montante de €444.143, o número real de cartazes por concelho, que no entanto não nos foi possível validar em relação a todos os concelhos. Por forma a testar essa imputação, comparámos a quantidade de cartazes alocada a cada concelho conforme Ficheiro de imputação dos custos da Conta Central pelos concelhos, preparada pelo Partido, com a quantidade referida nas informações sobre as actividades e eventos da campanha no respectivo concelho, obtidas pela ECFP.*

*Para a maioria dos concelhos analisados verificou-se que a quantidade destes cartazes era idêntica ou próxima da referida pela ECFP nas listas de acções, encontrando-se as poucas excepções identificadas descritas no Anexo A, no âmbito da análise efectuada relativamente a cada um dos concelhos.*

*Igualmente, salientamos que não obtivemos informação suficiente que nos permitisse validar a adequacidade do rácio de imputação das restantes despesas da Conta central às contas da campanha dos concelhos analisados, no montante de €643.245, pelo que não estamos em condições de concluir sobre essa afectação. No entanto, verificámos através das contas dos concelhos, que o total de despesas da Conta central foi imputado no universo de concelhos.*

*Segundo esclarecimento do Partido "O rácio foi construído conjugando critérios de base demográfica, inspirados no que a própria legislação define no que respeita, por exemplo aos limites de despesas, com critérios de natureza política, decorrentes dos objectivos estabelecidos para cada candidatura. Daqui resulta que as imputações são mais elevadas nas principais capitais de distrito (Lisboa, Porto, Coimbra, Braga....), tal como nos concelhos mais populosos (Sintra, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Almada....), mas também em concelhos com maior implantação do Partido (Salvaterra de Magos, Seixal, Entroncamento, Santa Maria da Feira)."*

O Relatório da PWC – Anexo A – "Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado" – concelho de Angra do Heroísmo, refere -§ 9.3 que:

*"Foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central específico (Grafisdecor), o número real de cartazes por concelho, que no entanto não nos é possível validar a esta data, embora seja em quantidade inferior à referida nas informações sobre as actividades e eventos da campanha no concelho de Angra do Heroísmo, obtidas pela ECFP, que indicam 2 cartazes 3X2 enquanto que a informação do Partido não indica qualquer cartaz dessa tipologia."*

O Relatório da PWC – Anexo A – "Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado" – concelho de Aveiro, refere -§ 9.3 que:

*"Foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central específico*

*(Grafisdecor), o número real de cartazes por concelho, que no entanto não nos é possível validar a esta data. Embora o Partido indique a existência destes cartazes no concelho, as informações sobre as actividades e eventos da campanha no concelho de Aveiro, obtidas pela ECFP, não indicam a presença de cartazes no âmbito do concelho.”*

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Beja, refere -§ 9.2 que:

*“Foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central específico (Grafisdecor), o número real de cartazes por concelho, que no entanto não nos é possível validar a esta data. Embora o Partido indique a existência destes cartazes no concelho, as informações obtidas pela ECFP sobre as actividades e eventos da campanha no concelho Beja, não indicam a presença de cartazes no âmbito do concelho.”*

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho da Figueira da Foz, refere -§ 9.4 que:

*“Foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central específico (Grafisdecor), o número real de cartazes por concelho, que no entanto não nos é possível validar a esta data. Embora, com base na informação recolhida, a quantidade indicada pela ECFP seja nula para estes cartazes, as informações as actividades e eventos da campanha no concelho da Figueira da Foz, obtidas pelo Partido, indicam a presença de alguns cartazes no âmbito do concelho.”*

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Évora, refere -§ 9.3 que:

*“Foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central específico (Grafisdecor), o número real de cartazes por concelho, que no entanto não nos é possível validar a esta data. Embora, a quantidade indicada pela ECFP seja nula para estes cartazes, as informações as actividades e eventos da campanha no concelho de Évora, obtidas pelo Partido, indicam a presença de alguns cartazes no âmbito do concelho ( 3 cartazes “mini” ou 3X2 m) .”*

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Lagos, refere -§ 9.3 que:



*"Foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central específico (Grafisdecor), o número real de cartazes por concelho, que no entanto não nos é possível validar a esta data. Embora, a quantidade indicada pela ECFP seja nula para estes cartazes, as informações as actividades e eventos da campanha no concelho de Lagos, obtidas pelo Partido, indicam a presença de alguns cartazes no âmbito do concelho ( 2 cartazes "mini" ou 3X2 m) ."*

O Relatório da PWC – Anexo A – "Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado" – concelho de Loulé, refere -§ 9.3 que:

*"Foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central específico (Grafisdecor), o número real de cartazes por concelho, que no entanto não nos é possível validar a esta data, muito embora se apresente por quantidade igual à referida nas informações sobre as actividades e eventos da campanha no concelho de Loulé obtidas pela ECFP para os cartazes 8X3m. Em relação aos cartazes "mini" ou 3X2m, a informação da ECFP é omissa, enquanto que a do Partido indica a presença de 4 cartazes."*

O Relatório da PWC – Anexo A – "Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado" – concelho de Loures, refere -§ 9.2 que:

*"Foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central específico (Grafisdecor), o número real de cartazes por concelho, o qual no entanto não nos é possível validar a esta data, por representar uma quantidade superior à referida nas informações sobre as actividades e eventos da campanha no concelho de Loures, obtidas pela ECFP ( o Partido indica 4 cartazes 8X3m e 9 cartazes "mini" e a informação da ECFP indica 1 e 6 cartazes, respectivamente."*

O Relatório da PWC – Anexo A – "Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado" – concelho de Odivelas, refere -§ 9.2 que:

*"Foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central específico (Grafisdecor), o número real de cartazes por concelho, o qual no entanto não nos é possível validar a esta data, por representar uma quantidade superior à referida nas informações sobre as actividades e eventos da campanha no concelho de Odivelas, obtidas pela ECFP ( o Partido indica 3 cartazes 8X3m e*

8 cartazes "mini" e a informação da ECFP indica 1 e 4 cartazes, respectivamente."

O Relatório da PWC – Anexo A – "Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado" – concelho de Vila Franca de Xira, refere -§ 9.2 que:

*"Foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central específico (Grafisdecor), o número real de cartazes por concelho, o qual no entanto não nos é possível validar a esta data. Embora a quantidade indicada pela ECFP seja nula para estes cartazes, as informações sobre as actividades e eventos da campanha no concelho de Vila Franca de Xira, obtidas do Partido, indicam a presença de alguns cartazes no concelho (3 cartazes 8X3m e 6 cartazes "mini" ou 3X2m)."*

O Relatório da PWC – Anexo A – "Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado" – concelho de Amarante, refere -§ 10.2 que:

*"Foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central específico (Grafisdecor), o número real de cartazes por concelho, que no entanto não nos é possível validar a esta data, por divergência de quantidades entre as informações sobre as actividades e eventos da campanha no concelho de Amarante, obtidas da ECFP (esta refere 5 cartazes 8X3) e do Partido que apenas refere 1."*

O Relatório da PWC – Anexo A – "Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado" – concelho de Felgueiras, refere -§ 9.2 que:

*"Adicionalmente, foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central específico (Grafisdecor), o número real de cartazes por concelho, que no entanto não nos é possível validar a esta data. Embora o partido indique a existência destes cartazes no concelho, as informações as actividades e eventos da campanha no concelho de Felgueiras, obtidas pelo ECFP não indicam a presença de cartazes no âmbito do concelho."*

O Relatório da PWC – Anexo A – "Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado" – concelho de Gondomar, refere -§ 10.2 que:

*"Adicionalmente, foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central"*

*específico (Grafisdecor), o número real de cartazes por concelho, que no entanto não nos é possível validar a esta data, e cuja quantidade difere da referida nas informações sobre as actividades e eventos da campanha no concelho de Gondomar, obtidas pela ECFP (esta refere 3 cartazes mini e 6 8X3 e o Partido refere 7 e 4, respectivamente)."*

O Relatório da PWC – Anexo A – "Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado" – concelho de Vila Nova de Gaia, refere -§ 11.2 que:

*"Adicionalmente, foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central específico (Grafisdecor), o número real de cartazes por concelho, que no entanto não nos é possível validar a esta data, e cuja quantidade difere da referida nas informações sobre as actividades e eventos da campanha no concelho de Vila Nova de Gaia, obtidas pela ECFP (esta refere 3 cartazes mini e 3 8X3 e o Partido refere 7 e 6, respectivamente)."*

O Relatório da PWC – Anexo A – "Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado" – concelho de Santarém, refere -§ 9.2 que:

*"Adicionalmente, foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central específico (Grafisdecor), o número real de cartazes por concelho, que no entanto não nos é possível validar a esta data, embora seja em quantidade próxima da referida nas informações sobre as actividades e eventos da campanha no concelho de Santarém, obtidas pela ECFP. Em relação aos cartazes 3X2, ou mini, a lista da ECFP é omissa quanto à existência deste tipo de cartazes, enquanto que a informação do Partido indica 3 para o concelho de Santarém."*

O Relatório da PWC – Anexo A – "Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado" – concelho de Almada, refere -§ 10.3 que:

*"Foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central específico (Grafisdecor), o número real de cartazes por concelho, que no entanto não nos é possível validar a esta data, embora seja em quantidade igual à referida nas informações sobre as actividades e eventos da campanha no concelho de Almada, obtidas pela ECFP para os cartazes 8X3m, mas difere para os cartazes "mini" ou 3X2 (o Partido indica 7 cartazes e a informação da ECFP indica 2 cartazes)."*

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho da Guarda, refere -§ 10.3 que:

*"Foi utilizado como critério para a imputação das despesas referentes a cartazes e outros meios publicitários de um fornecedor central específico (Grafisdecor), o número real de cartazes por concelho, que no entanto não nos é possível validar a esta data. Embora a quantidade indicada pela ECFP seja nula para estes cartazes, as informações sobre as actividades e eventos da campanha no concelho da Guarda, obtidas do Partido indicam a presença de alguns cartazes no âmbito do concelho ( 2 cartazes 8X3 m e 2 cartazes "mini ou 3X2 m)."*

Face ao exposto, solicitamos que o Partido nos envie as quantidades de cartazes /outdoors de âmbito nacional atribuídos e afixados em cada Concelho e cópias das facturas que suportam as referidas despesas, para que se possa formar uma opinião quantificada sobre a adequação do critério de repartição e imputação utilizado pelo BE.

## **6. Despesas de Campanha – Conta da Estrutura Central – Descritivo Incompleto ou Pouco Claro nas Facturas dos Fornecedores**

A análise efectuada à conta de Receitas e Despesas da Estrutura Central de Campanha permitiu identificar despesas com publicidade, cujo descritivo da documentação de suporte é incompleto ou não é suficientemente claro para nos permitir avaliar a sua razoabilidade face aos preços de referência constantes da “lista indicativa” de preços que a ECFP enunciou, como é de lei, no Diário da República.

O Relatório da PWC refere -§ 5.9.2 – Valor das despesas da campanha da Conta central - que:

*"(...) Das situações identificadas destacamos:*

<b>Fornecedor</b>	<b>Nº da factura</b>	<b>Descrição da despesa</b>	<b>Data</b>	<b>Valor</b>
Ciência Gráfica	6946/2005	Cartaz "Acampamento 2005"	09-06-2005	291,55
Ciência Gráfica	6912/2005	Cartazes "Acampamento do Bloco"	01-06-2005	654,50
Ciência Gráfica	6949/2005	Folhetos "Acampamento 2005"	14-06-2005	1.506,54
Ciência Gráfica	7044	Manifesto eleitoral	29-07-2005	1.028,50
Rainho & Neves	20050826	Desdobrável "Tangas"	01-08-2005	2.268,75
Im.par	127	Produção de espectáculos	16-09-2005	10.000,00
Im.par	127	Produção de espectáculos	16-09-2005	10.000,00

<i>Im.par</i>	129	<i>Produção de espectáculos</i>	03-10-2005	10.000,00
<i>Im.par</i>	129	<i>Produção de espectáculos</i>	03-10-2005	1.534,14
<i>Grafis</i>	4977	<i>Cartazes nacionais (10.000)</i>	26-08-2005	1.119,25
<i>Grafis</i>	4973	<i>Cartazes nacionais (40.000)</i>	26-08-2005	3.993,00
<i>Lisgráfica</i>	FT050110	<i>Folheto Nacional II</i>	05-09-2005	2.321,46
<i>Pictorial</i>	3327	<i>Impressões em telas e bandeiras</i>	14-09-2005	449,88
<i>Aresta</i>	2327	<i>Manifestos - Cartazes</i>	15-09-2005	4.767,40
<i>Im.par</i>	130	<i>Produção de espectáculos</i>	11-10-2005	25.939,80
<i>Aresta</i>	2317	<i>Cartazes - Autarquias Madeira</i>	31-08-2005	7.090,60
<i>Switch.com</i>	277	<i>Brochuras locais</i>	14-10-2005	683,65
<i>Lisgráfica</i>	FT050241	<i>Monofolhas</i>	20-09-2005	2.321,46
				<u>85.970,48</u>

Face ao exposto, solicitamos que nos facultem informação detalhada – com todas as especificações – sobre:

- Cartazes - Outdoors (temas-slogan, números de séries, tipo de impressão, formato, quantidades impressas);
- Bandeiras (tipo de material de confecção e a indicação se inclui, ou não, a haste e de que material esta é feita);
- Folhetos – Manifestos – Desdobráveis (tema-slogan, tipo de impressão e nº de cores, formato, nº de exemplares, tipo e gramagem de papel e nº de dobras); e
- Produção de espectáculos (custo do palco, sala, camarins, som e luzes).

**7. Despesas Centrais de Campanha – Conta da Estrutura Central – Custos bastante diferentes dos preços de referência da lista publicada pela ECFP (preços de mercado)**

No decurso da auditoria, foram identificadas despesas de campanha registadas na conta central cujos custos não foram valorizados, nas contas da campanha, conforme “Lista indicativa do valor dos principais meios de campanha e de propaganda política”, publicada pela ECFP em Diário da República.

O Relatório da PWC refere -§ 5.9.2 – Valor das despesas da campanha da Conta central - que:

*"(...) o cruzamento dos custos unitários indicados nesta lista indicativa acima referida com o custo unitário das despesas apresentadas pelo BE revelou algumas disparidades, nomeadamente:*

Descrição da despesa	Custo unitário	
	Contas da campanha	Lista publicada pela ECFP
Bandeiras Brochado Lima & Sarmento - Factura nº 13	€ 0,50	Preço indicativo € 0,62
Impressões sobre telas: Pictorial - factura nº 2712	€ 65,24	Preço indicativo € 185
2 pulpitos acrílico Dagol - factura nº 14539/05	€ 401,53	Preço indicativo € 2.250
Sala para Comício distrital do Porto Instituto Profissional do Terço - factura nº 446	€ 1.000,00	Sala para 500 a 1.000 pessoas €3.750
Sala para Comício- Espectáculo de Setúbal		
Sociedade Musical Capricho Setubalense		
factura nº 15	€ 100,00	Sala para menos de 500 pessoas €1.750
Autocolantes "Energia Alternativa" Ciência Gráfica - factura nº 7108	0,0086	Preço indicativo € 0,015
Postais Mailing - Energia Alternativa		
Rainho & Neves - factura nº 999	€9,475 milheiro	Preço indicativo € 25 / € 30 milheiro

Solicitamos que nos indiquem as razões para tais divergências. Queiram facultar-nos os contratos de prestação de serviços celebrados com os referidos fornecedores, bem como cópias das facturas, recibos e eventuais notas de crédito.

## 8. Despesas de Campanha – Conta da Estrutura Central - com Data Posterior ao Acto Eleitoral

No decurso da auditoria, foram identificadas despesas de campanha registadas na conta central relativas a serviços que foram prestados após o período eleitoral.

O Relatório da PWC refere -§ 5.9.3 – Data das Despesas - que:

" A análise às despesas da campanha, permitiu-nos identificar documentos relativos a serviços que apenas foram prestados após o período da Campanha Eleitoral, nomeadamente com remunerações, no montante de €4.832 (...) e outras despesas no montante de €5.222 (...)."

De acordo com as regras previstas nas recomendações da ECFP não se aceitam despesas facturadas após o termo da campanha eleitoral, com excepção das facturas de encerramento de campanha.

Solicitamos que nos comprovem que as facturas consideradas como despesas nas condições descritas são inequivocamente facturas referentes a fornecimentos de bens e serviços referentes à campanha autárquica.

## 9. Despesas de Campanha – Conta da Estrutura Central – Deficiências no Suporte Documental

No decurso da auditoria, foram identificadas despesas de campanha eleitoral suportadas centralmente e registadas na conta central de campanha, cujos suportes documentais apresentam algumas deficiências.

Como exemplo, destacamos as seguintes despesas:

Descrição da despesa	Valor
Despesas sem documentos de suporte	5.987
Despesas cuja documentação de suporte não se encontra emitida em nome do partido	8.110
Despesas cuja documentação de suporte não se encontra emitida em nome do partido e pela natureza não é possível serem associadas à campanha	20.143
Despesas genéricas que pela sua natureza não é possível serem associadas à campanha	3.933
Despesas genéricas /correntes do Partido	26.595
Aquisição de estruturas de cartazes	202.639
Remunerações	22.350
Custos com bens móveis	15.838
Materiais de desgaste rápido	2.963
	<b>308.558 28%</b>
Total das despesas centrais	<b>1.087.388</b>

Acresce que os documentos de despesa não indicam a que acção da campanha se referem e não estão aprovados pelo mandatário financeiro.

O Relatório da PWC refere -§ 5.9.1 – Deficiências no suporte documental da Conta central - que:

*" (...) Tendo em consideração o exposto, não estamos em condições de avaliar em que medida as despesas acima correspondem, ou não, a despesas da Campanha Eleitoral em análise.*

*Segundo o esclarecimento do Partido, em relação aos €202.639 referidos acima e relativos à aquisição de estruturas de cartazes "Quanto aos outdoors, por serem menores os custos desta opção, temos vindo a adquirir as estruturas e não a alugar. Salientamos que mesmo tratando-se de compra, os valores pagos ao fornecedor respeitam os limites da Listagem Indicativa para alugueres fornecida pela ECFP". Verificámos, através da análise da factura destes materiais do fornecedor Gráfisdecor, que a interpretação do Partido ao*

*concluir ter respeitado os limites impostos pela ECFP significa que os custos incorridos são inferiores aos da referida listagem. (....).”*

De acordo com as regras previstas nas recomendações da ECFP não se aceitam despesas com aquisição de bens imobilizados. Face ao exposto as despesas de campanha estão sobreavaliadas em cerca de 202.639 euros referentes à aquisição de estruturas de cartazes.

Solicitamos ainda que nos enviem elementos adicionais que comprovem que as despesas acima referidas na introdução deste ponto são despesas de campanha.

Solicitamos ainda, uma apresentação dos controlos exercidos pelo Partido no sentido de garantir (i) que todas as despesas foram aprovadas e registadas, (ii) que todas as despesas se encontram adequadamente suportadas por documentação legível e (iii) que todas as despesas afectas à Campanha correspondem a despesas da campanha eleitoral e não são despesas do BE.

#### **10. Movimentos na Conta Bancária Sem Reflexo na Conta da Estrutura Central**

A análise do extracto bancário da estrutura central da campanha, permitiu identificar um movimento na conta bancária sem reflexo na Demonstração de Receitas e Despesas apresentada pelo BE ao Tribunal Constitucional.

O Relatório da PWC refere -§ 5.4 – Contas bancárias - que:

*“Adicionalmente, salientamos que o BE não procedeu à elaboração de qualquer reconciliação bancária e que foi identificada uma saída de fundos em 2 de Maio de 2006, no valor de €19.000, consubstanciada em cheque não registado nas despesas da Conta central.”*

Face ao exposto, solicitamos que o BE nos forneça relativamente ao movimento bancário acima descrito cópia do documento de suporte e a razão para o referido movimento não ter sido registado na Demonstração de receitas e despesas da conta central.

#### **11. Extractos Bancários**



Constatámos que o Partido procedeu (para cada concelho) à abertura de uma conta bancária específica para as actividades da campanha eleitoral, mas não enviou ao Tribunal Constitucional a totalidade dos extractos bancários conforme o disposto na alínea a) do nº7 do artigo 12º da Lei 19/2003, de 20 de Junho.

<b>CONCELHO</b>	<b>Data do Primeiro Extracto Disponível</b>	<b>Saldo do Primeiro Extracto Disponível</b>	<b>Data do Último Extracto Disponível</b>	<b>Saldo do Último Extracto Disponível</b>		<b>Observações</b>
Águeda	23-09-2005	0	11-10-2005	32		
Albergaria a Velha	17-08-2005	0	15-11-2005	46		
Aveiro	24-08-2005	0	06-10-2005	184		
Castelo de Paiva	17-08-2005	0	09-01-2006	3		Print/Consulta de Movimentos
Espinho	23-08-2005	0	22-11-2005	431		
Ovar	12-09-2005	0	06-03-2006	0		
Santa Maria da Feira	17-08-2005	0	15-11-2005	0		
Almodôvar	05-09-2005	0	11-10-2005	-70		Print/Consulta de Movimentos
Beja	10-08-2005	0	29-09-2005	346		
Castro Verde	09-09-2005	490	30-09-2005	9		
Odemira	15-09-2005	500	11-10-2005	222		
Serpa	20-09-2005	500	11-10-2005	84		Print/Consulta de Movimentos
Vidigueira	10-08-2005	0	29-09-2005	7		
Barcelos	03-08-2005	0	22-11-2005	189		Print/Consulta de Movimentos
Braga	11-07-2005	0	12-12-2005	657		
Fafe	15-07-2005	0	08-11-2005	224		
Guimarães	14-07-2005	0	21-04-2006	0		
Vieira do Minho	18-08-2005	0	11-11-2005	0		
Vila Nova de Famalicão	15-07-2005	0	22-11-2005	458		
Vizela	19-08-2005	0	10-11-2005	217		
Bragança	03-08-2005	0	21-10-2005	224		
Vila Flor	03-10-2005	0	28-10-2005	0		Print/Consulta de Movimentos
Belmonte	26-09-2005	0	29-03-2006	248		
Castelo Branco	15-09-2005	0	24-11-2005	4		Print/Consulta de Movimentos
Covilhã	14-09-2005	0	28-10-2005	0		Print/Consulta de Movimentos
Sertã	15-09-2005	0	11-11-2005	57		Print/Consulta de Movimentos
Coimbra	05-09-2005	3.990	30-11-2005	44		
Figueira da Foz	08-08-2005	0	03-11-2005	460		
Lousã	31-08-2005	0	02-01-2006	0		
Miranda do Corvo	06-01-2006	602	06-01-2006	589		
Évora	16-10-2005	910	17-10-2005	852		
Redondo	14-09-2005	0	20-10-2005	18		
Faro	19-09-2005	0	01-03-2006	52		
Lagoa	19-09-2005	0	21-04-2006	496		
Lagos	19-09-2005	0	16-11-2005	10		
Loulé	19-09-2005	0	07-04-2006	1.194		
Portimão	19-09-2005	0	10-04-2006	411		
Silves	11-10-2005	990	18-11-2005	64		
Tavira	19-09-2005	0	09-03-2006	0		
Vila do Bispo	19-09-2005	0	06-12-2005	37		

Vila Real de St. António	19-09-2005	0	04-12-2005	462		
Figueira de Castelo Rodrigo	03-08-2005	0	24-10-2005	45	(A)	
Guarda	05-08-2005	0	25-11-2005	12		
Alcobaça	22-09-2005	0	16-12-2005	0		
Batalha	15-09-2005	0	23-09-2005	269		
Caldas da Rainha	18-08-2005	0	15-02-2006	132		
Leiria	18-08-2005	0	29-11-2005	0		
Marinha Grande	06-09-2005	0	18-10-2005	22		
Nazaré	18-08-2005	0	20-10-2005	340		
Alenquer	29-07-2005	0	07-10-2005	193		
Amadora	29-09-2005	0	06-01-2006	58		
Cascais	27-07-2005	0	14-03-2006	3.291		
Lisboa	21-06-2005	0	08-05-2006	2.798		
Loures	11-08-2005	0	24-11-2005	31		
Odivelas	11-08-2005	0	28-11-2005	463		
Oeiras	22-08-2005	0	28-0-05	300		
Sintra	02-08-2005	0	08-11-2005	1.140		
Vila Franca de Xira	09-09-2005	0	16-03-2006	1	(B)	
Monforte	16-09-2005	0	25-10-2005	150		
Portalegre	23-09-2005	0	25-10-2005	39		
Amarante	27-07-2005	0	12-12-2005	20		
Felgueiras	15-07-2005	0	12-01-2006	4	(C)	
Gondomar	13-07-2005	0	18-11-2005	503	(D)	
Maia	31-08-2005	2.245	25-10-2005	743		
Matosinhos	29-06-2005	0	05-11-2005	2.144		
Paredes	26-07-2005	0	18-11-2005	319		
Penafiel	12-08-2005	0	04-11-2005	1.292		
Porto	29-07-2005	10.000	09-12-2005	270		
Póvoa de Varzim	21-07-2005	0	14.10.2005	746		
Vila do Conde	21-07-2005	0	01-02-2006	160		
Vila Nova de Gaia	26-07-2005	0	14-11-2005	0		
Angra do Heroísmo	11-09-2005	1.000	02-11-2005	266		
Horta	10-08-2005	0	09-01-2006	81		Print/Consulta de Movimentos
Ponta Delgada	07-07-2005	0	11-01-2006	0		
Ribeira Grande	16-08-2005	0	22-09-2005	0		
Velas	22-09-2005	0	18-10-2005	16		
Calheta	08-08-2005	0	25-10-2005	138		
Câmara de Lobos	08-08-2005	0	25-10-2005	26		
Funchal	08-08-2005	0	27-10-2005	474		
Machico	08-08-2005	0	07-11-2005	62		
Ponta do Sol	08-08-2005	0	25-10-2005	77		
Porto Moniz	08-08-2005	0	25-10-2005	35		
Porto Santo	08-08-2005	0	20-09-2005	111		
Ribeira Brava	08-08-2005	0	28-10-2005	5		
S. Vicente	08-08-2005	0	15-01-2006	10		
Santa Cruz	08-08-2005	0	25-10-2005	27		
Santana	08-08-2005	0	07-10-2005	58		
Abrantes	26-07-2005	0	09-12-2005	304		
Benavente	04-08-2005	0	17-10-2005	491		
Cartaxo	11-10-2005	1.000	30-08-2005	845		
Entroncamento	13-07-2005	0	21-12-2005	1	(E)	
Salvaterra de Magos	31-08-2005	0	28-12-2005	2.019		Print/Consulta de Movimentos

Santarém	02-08-2005	0	05-01-2006	187		
Tomar	05-08-2005	0	30-09-2005	84		Cópia da Caderneta - CGD
Torres Novas	26-07-2005	0	09-11-2005	242		
Alcácer do Sal	28-07-2005	0	25-10-2005	35		
Alcochete	02-08-2005	0	12-10-2005	76		Print/Consulta de Movimentos
Almada	08-08-2005	0	25-11-2005	4		
Barreiro	08-09-2005	0	20-01-2006	42		
Grândola	12-08-2005	0	20-12-2005	9		
Moita	26-07-2005	0	05-12-2005	33		Print/Consulta de Movimentos
Montijo	28-07-2005	0	09-10-2005	14		
Palmela	11-08-2005	0	30-11-2005	3		
Santiago de Cacém	27-07-2005	0	25-11-2005	11		
Seixal	19-09-2005	0	16-11-2005	6		
Sesimbra	01-08-2005	0	14-11-2005	3		
Setúbal	26-07-2005	0	28-12-2005	7		
Sines	14-09-2005	0	09-03-2006	1		
Caminha	12-09-2005	0	15-11-2005	120		
Melgaço	12-09-2005	0	18-10-2005	49		
Monção	12-09-2005	0	14-11-2005	33		
Ponte da Barca	12-09-2005	0	25-11-2005	102		
Viana do Castelo	12-09-2005	0	02-11-2005	170		
Alijó	23-09-2005	0	28-10-2005	28		
Montalegre	17-08-2005	0	14-12-2005	169	(F)	
Sabrosa	06-09-2005	0	30-09-2005	82		
Cinfães	14-09-2005	0	10-11-2005	28		
Santa Comba Dão	07-09-2005	0	13-10-2005	18		
Viseu	27-07-2005	0	02-12-2005	616		
Sede Nacional	05-07-2005	0	28-04-2006	574.648	(G)	

- (A) Não foram disponibilizados os extractos bancários referentes ao período de 05.08.05 a 10.10.05;  
 (B) Não foram disponibilizados os extractos bancários referentes ao período de 11.09.05 a 15.03.06;  
 (C) Não foram disponibilizados os extractos bancários referentes ao período de 11.08.05 a 01.01.06;  
 (D) Não foram disponibilizados os extractos bancários referentes ao período de 25.08.05 a 10.10.05;  
 (E) Não foram disponibilizados os extractos bancários referentes ao período de 04.11.05 a 21.12.05;  
 (F) Não foram disponibilizados os extractos bancários referentes ao período de 26.09.05 a 17.10.05;  
 (G) Não foram disponibilizados os extractos bancários referentes ao período de 15.03.06 a 01.04.06;

Salientamos que para o Concelho de S. João da Madeira, Ourique, Macedo de Cavaleiros, Estremoz, Mora, Pombal, Elvas, Valongo e Praia da Vitória o BE não apresentou os extractos bancários/movimentos das contas das respectivas contas bancárias.

O Relatório da PWC refere -§ 5.5 – Encerramento das contas bancárias - que:

*" À data de finalização do nosso trabalho, não nos foi possível confirmar se o BE tinha procedido, ou não, ao encerramento das contas bancárias especificamente constituídas para efeitos da Campanha Eleitora para a maior parte dos concelhos analisados, pelo que não estamos em condições de*

*avaliar em que medida o nº3 do artigo 15º da Lei nº19/2003, de 20 de Junho foi, ou não, cumprido.*

*Segundo o esclarecimento do Partido, em relação ao não encerramento da conta bancária central: "A conta central não foi ainda encerrada. Dada a lógica, sugerida pela Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, de que esta conta deveria absorver os saldos das contas das candidaturas, ela só poderá ser cancelada após o encerramento de todas as contas locais. Procedese neste momento a esse encerramento, que está apenas dependente da liquidação das últimas dívidas"*

Solicitamos o envio dos extractos bancários em falta, para todos os Concelhos e para a Sede Nacional, desde a data de abertura da conta bancária até à data de cancelamento da conta bancária e que nos indiquem quais as contas bancárias que não tenham sido ainda, eventualmente encerradas.

## **12. Listas de Acções de Campanha e dos Meios Utilizados em Cada Acção**

Constatámos que o BE enviou ao Tribunal Constitucional (em 5 de Maio de 2006) as listas das acções de campanha eleitoral que realizaram, bem como os meios nelas utilizados, que envolveram um custo superior a um salário mínimo, conforme disposto no artigo 16º da Lei nº 2/2005 de 10 de Janeiro, com excepção dos Concelhos de Macedo de Cavaleiros, de Vila Flor e de Lagoa.

Face ao exposto, solicitamos que o Partido nos envie para os 3 Concelhos acima referidos, as listas das acções de campanha com a descrição detalhada e integral das acções de campanha e/ou meios nelas utilizados (com custo superior a um salário mínimo mensal nacional).

## **13. Inexistência das Contas Anuais de 2005**

Dado que os Auditores (PWC) durante o período de realização do seu trabalho não tiveram acesso às contas anuais de 2005, não estão em condições de apurar se houve ou não despesas da campanha eleitoral das Eleições Autárquicas de 2005 que tenham sido imputadas indevidamente ao Partido, ou vice - versa.

O Relatório da PWC refere -§ 5.1 – Contas anuais do Partido - que:

" As contas anuais do Partido para o exercício de 2005, caso estivessem disponíveis para análise à data de realização dos nossos trabalhos sobre a Campanha Eleitoral das Eleições Autárquicas de 2005, proporcionariam indicações relevantes para o efeito da nossa análise e poderiam eventualmente alterar algumas das conclusões apresentadas neste relatório, ou revelar dados que de outra forma não nos terá sido possível apurar. A entrega em base consolidada destas contas ao Tribunal Constitucional foi devida em Maio de 2006".

Gostaríamos que nos indicassem quais os controlos que garantem que não foram imputadas indevidamente ao Partido despesas da campanha autárquica, ou vice-versa. Solicitamos que nos confirmem se foram imputadas ao Partido despesas de campanha facturadas durante ou após o período da Campanha Autárquica.

#### 14. Apresentação das Contas de Campanha

Constatámos que o BE não seguiu a estrutura das contas conforme recomendado pela ECFP (Recomendações de Prestação de Contas – Partidos Políticos e Coligações – Campanha Autárquica 2005). Caso o BE tivesse seguido as referidas recomendações a conta de receitas e despesas da estrutura central de campanha teria a seguinte apresentação:

##### Conta de Receitas e Despesas da Estrutura Central de Campanha:

NACIONAL			
<i>Despesas</i>		<i>Receitas</i>	
Despesas B/S	1.087.388,40	110.000,00	Contribuições do Partido
Dotação Financeira	432.250,71	1.387.051,00	Subvenção Estatal
		8.649,50	Angariação de Fundos
		171,17	Outras Receitas
	<u>1.519.639,11</u>	<u>1.505.871,67</u>	
Despesas B/S imputadas	<u>-1.087.388,40</u>		
	432.250,71	1.505.871,67	

Gostaríamos de obter as vossas explicações para o facto de não ter sido seguida a metodologia preconizada pela ECFP na preparação das contas.

## E Âmbito dos Trabalhos de Auditoria sobre os 45 Concelhos Auditados

Os procedimentos de auditoria adoptados na Revisão às Contas da Campanha Eleitoral para as Eleições Autárquicas realizadas em 9 de Outubro de 2005, foram executados pela Firma PriceWaterhouseCoopers (PWC) e foram limitados, não preenchendo o âmbito de um exame completo de auditoria, segundo os termos enunciados nas Normas Internacionais de Auditoria. Caso tivesse sido realizado um exame completo de auditoria, outros aspectos significativos poderiam, eventualmente, ter chegado ao nosso conhecimento, para além dos reportados.

Salientamos que, o BE não concorreu aos Concelhos de Mirandela, Soure, Marco de Canaveses, Ponte de Lima e Vila Real.

Face ao exposto, os procedimentos de auditoria incidiram sobre os documentos de prestação de contas dos seguintes 40 Concelhos, seleccionados por nós, atendendo a critérios de materialidade e outros que foram considerados pertinentes:

CONCELHO	Receitas	Despesas	Resultado	Limite das Despesas	Dotação da Sede	Receitas Ang Fundos	Ang de F Espécie	Despesas Directas	Despesas Imputadas
Angra do Heroísmo	1.300	4.064	-2.764	112.410	1.300	0	0	889	3.174
Aveiro	5.880	18.383	-12.503	168.615	5.880	0	0	3.001	15.383
Beja	1.436	9.551	-8.115	112.410	1.436	0	0	1.436	8.115
Braga	13.316	38.621	-25.305	337.230	13.316	0	0	12.473	26.148
Guimarães	6.235	21.861	-15.626	337.230	5.865	370	0	6.235	15.626
Castelo Branco	1.800	10.422	-8.622	112.410	1.800	0	0	1.796	8.626
Coimbra	8.342	31.866	-23.524	337.230	6.400	1.942	0	8.298	23.568
Figueira da Foz	3.630	13.372	-9.742	168.615	3.630	0	0	3.536	9.836
Évora	1.000	5.380	-4.380	112.410	1.000	0	0	509	4.871
Faro	6.713	19.282	-12.569	112.410	6.713	0	0	6.661	12.621
Lagos	1.000	4.021	-3.021	112.410	1.000	0	0	990	3.031
Loulé	3.200	11.435	-8.235	112.410	3.200	0	0	3.192	8.243
Portimão	1.410	9.872	-8.462	112.410	1.410	0	0	1.396	8.476
Guarda	1.341	9.715	-8.374	112.410	1.241	100	0	1.338	8.377
Alcobaca	1.340	7.640	-6.300	112.410	1.340	0	0	1.332	6.307
Caldas da Rainha	1.384	7.935	-6.551	112.410	1.384	0	0	1.384	6.551
Leiria	3.100	16.229	-13.129	168.615	3.000	100	0	3.098	13.130
Amadora	4.866	24.212	-19.345	337.230	4.866	0	0	4.887	19.325
Cascais	2.531	24.152	-21.621	337.230	2.531	0	0	2.531	21.621
Lisboa	77.465	191.979	-114.514	505.845	74.000	3.465	0	74.553	117.426
Loures	5.300	29.027	-23.727	337.230	5.300	0	0	5.269	23.758
Odivelas	4.510	25.945	-21.435	337.230	4.510	0	0	4.499	21.447
Oeiras	3.734	29.237	-25.503	337.230	3.734	0	0	3.742	25.495
Sintra	6.747	41.477	-34.730	337.230	4.860	1.887	0	6.747	34.730
Vila Franca de Xira	3.230	18.608	-15.378	337.230	3.230		0	3.201	15.407
Funchal	17.500	27.619	-10.119	337.230	17.500	0	0	16.494	11.125
Portalegre	1.500	6.521	-5.021	112.410	1.500	0	0	1.461	5.060
Amarante	6.295	11.937	-5.642	112.410	5.740	0	555	6.283	5.654
Felgueiras	4.385	10.215	-5.830	112.410	4.385	0	0	4.381	5.834
Gondomar	5.350	24.114	-18.764	337.230	5.200	150	0	4.857	19.257
Matosinhos	6.638	26.036	-19.398	337.230	6.413	225	0	6.578	19.458
Porto	16.145	75.133	-58.988	505.845	16.145	0	0	15.877	59.256
Vila Nova de Gaia	7.564	34.857	-27.293	337.230	7.395	169	0	7.564	27.293
Salvaterra de Magos	28.332	39.142	-10.810	112.410	25.860	2.472	0	28.178	10.963
Santarém	4.208	17.499	-13.292	168.615	4.208	0	0	4.020	13.479

Tomar	1.670	7.454	-5.784	112.410	1.670	0	0	1.667	5.788
Alcochete	996	4.593	-3.597	112.410	996	0	0	996	3.597
Almada	10.496	36.465	-25.969	337.230	9.996	500	0	10.496	25.969
Setúbal	9.113	25.544	-16.430	168.615	8.393	720	0	9.113	16.430
Viseu	3.086	14.186	-11.100	168.615	3.000	86	0	2.470	11.716

40 - Concelhos	292.786	981.535	-688.748	280.046	12.186	555	282.538	698.997
----------------	---------	---------	----------	---------	--------	-----	---------	---------

	65%	75%	100%	65%	64%
Contas Apresentadas pelo BE	432.251	16.312	555	433.582	1.087.388

E os procedimentos adoptados pela PWC foram os seguintes:

- (i) Análise do grau de cumprimento dos preceitos legais vigentes por parte dos Partidos Políticos, no que respeita às operações de financiamento da campanha eleitoral mais relevantes. Análise da natureza, razoabilidade e elegibilidade das receitas e das despesas;
- (ii) Verificação de que as contas estão preparadas em obediência ao modelo preconizado pela Entidade das Contas e dos Financiamentos Políticos e de que as recomendações emitidas por esta Entidade foram respeitadas;
- (iii) Análise dos procedimentos seguidos pelos Partidos Políticos para assegurar a identificação das acções da campanha eleitoral e a sua correcta reflexão nas contas da campanha;
- (iv) Comprovação de que as acções de campanha realizadas – que constam dos sites dos Partidos e do Site da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos – estão reflectidas nas contas da Campanha Eleitoral e foram correctamente valorizadas a preços de mercado;
- (v) Cruzamento das acções da Campanha Eleitoral com as despesas e receitas reflectidas nas contas;
- (vi) Comprovação de que as ofertas em espécie efectuadas por doadores constam das contas da campanha eleitoral e estão valorizadas a preços de mercado. Verificação da identidade dos doadores;
- (vii) Verificação de que as despesas da campanha estão reflectidas na conta bancária da campanha e estão adequadamente suportadas do ponto de vista documental;

- (viii) Verificação de que as receitas da campanha eleitoral foram integralmente depositadas nas respectivas contas da campanha e que a sua obtenção foi conseguida em obediência aos preceitos legais aplicáveis;
- (ix) Obtenção de confirmação das mais importantes transacções, junto dos respectivos fornecedores (circularização de saldos);
- (x) Análise dos movimentos entre a sede do Partido, a sede da campanha eleitoral e os movimentos apresentados pela candidatura à autarquia.

## **F Limitações ao Âmbito dos Trabalhos de Auditoria ou Incorreções Verificadas, Relativamente aos 40 Concelhos Auditados**

### **1. Divergências entre os Totais das Listas de Meios de Campanha e os Valores Registados nos Mapas de Despesas**

De acordo com o estabelecido pelo artigo 16º da Lei nº 2/2005, de 10 de Janeiro e de acordo com as recomendações da ECFP, todas as candidaturas deverão apresentar até à data de entrega das contas de campanha, as listas das acções de campanha com identificação das acções efectivamente realizadas, assim como os meios nelas envolvidos.

A análise das listas de meios das acções de campanha realizadas nos concelhos de Angra do Heroísmo, Braga, Coimbra, Figueira da Foz, Cascais, Loures, Odivelas e de Sintra permitiu identificar divergências entre os totais das referidas listas e os valores registados nos mapas de despesas.

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Angra do Heroísmo, Braga, Coimbra, Figueira da Foz, Cascais, Loures, Odivelas e Sintra refere que:

*“Adicionalmente, salientamos que a lista de meios apresentada não é coincidente em valor com o total de despesas do concelho.”*

Face ao exposto, solicitamos que o BE explique a razão das divergências identificadas acima e que proceda, eventualmente, às correcções nas contas que se mostrem necessárias.



## 2. Acções Mal Relatadas nos Planos de Actividades de Campanha Eleitoral

A análise dos planos de actividades de campanha eleitoral dos concelhos auditados permitiu identificar acções mal relatadas, sem identificação da data, do local da acção ou dos meios utilizados.

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” identifica acções mal relatadas - nos concelhos de Angra do Heroísmo, Aveiro, Beja, Braga, Guimarães, Castelo Branco, Coimbra, Figueira da Foz, Évora, Faro, Lagos, Loulé, Portimão, Alcobaça, Caldas da Rainha, Leiria, Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Odivelas, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira, Funchal, Portalegre, Amarante, Felgueiras, Gondomar, Matosinhos, Porto, Vila Nova de Gaia, Salvaterra de Magos, Santarém, Tomar, Alcochete, Almada, Setúbal, Viseu e Guarda.

A título de exemplo, destacamos as seguintes acções:

Concelho de Angra do Heroísmo, Aveiro, Beja, Castelo Branco, Figueira da Foz, Évora, Faro, Lagos, Loulé, Portimão, Alcobaça, Caldas da Rainha, Leiria, Amarante, Felgueiras, Gondomar, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Santarém, Tomar, Viseu e Guarda

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Gestão Geral da Candidatura

### Concelho de Braga

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Gestão Geral da Candidatura
Não disponível	Almoço/Jantar com apoiantes
Não disponível	Edição e Distribuição de Folhetos

### Concelho de Guimarães

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Gestão Geral da Candidatura
Não disponível	Almoço de Apresentação dos Candidatos

### Concelho de Coimbra

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Gestão Geral da Candidatura
Não disponível	Comício Festa
Não disponível	Almoço/Jantar com apoiantes – Cantina Químicas

### Concelho da Amadora

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Gestão Geral da Candidatura
Não disponível	Festa de encerramento

### Concelho de Cascais

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Gestão Geral da Candidatura
Não disponível	Material de Campanha
Não disponível	Café – concerto sobre Jovens

### Concelho de Lisboa

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Gestão Geral da Candidatura
Não disponível	Noite Eleitoral
Não disponível	Jantares com apoiantes
Não disponível	Leilão

### Concelho de Loures

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Gestão Geral da Candidatura
Não disponível	Comício Festa em Sto António dos Cavaleiros
Não disponível	Jantar de Encerramento

### Concelho de Odivelas

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Info mail
Não disponível	Tempo de Antena - Rádio

### Concelho de Oeiras

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Gestão Geral da Candidatura
Não disponível	Jantar de Apresentação dos Candidatos
Não disponível	Colagem de Cartazes
Não disponível	Tempo de Antena - Rádio

### Concelho de Sintra

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Jantar / Comício
Não disponível	Sardinhada no Magoito
Não disponível	Colagem de Cartazes

### Concelho de Vila Franca de Xira

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Festa em Alverca
Não disponível	Almoço / As mulheres na política
Não disponível	Barraca de Campanha 7 Feira de VFX

### Concelho do Funchal

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Jantar Comício

### Concelho de Portalegre

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Jantar de Encerramento
Não disponível	Mailing
Não disponível	Colagem de Cartazes

### Concelho do Porto

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Almoço/jantar com apoiantes
Não disponível	Jantar com apoiantes
Não disponível	Passeio de Barco no Rio

### Concelho de Salvaterra de Magos

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Diversos
Não disponível	Festa/Jantar de Encerramento
Não disponível	Distribuição de Folhetos e Brindes

### Concelho de Alcochete

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Gestão da Campanha
Não disponível	Colocação de Cartazes
Não disponível	Temáticos

### Concelho de Almada

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Festa Jovem
Não disponível	Jantar de apresentação de candidatos
Não disponível	Comício Festa

### Concelho de Setúbal

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Acção "Tróia por um Canudo"
Não disponível	Pavilhão na Feira de Santiago

Face ao exposto, solicitamos ao BE que nos envie, para cada um dos Concelhos referidos, as listas com a descrição detalhada e integral (local e meios) das acções realizadas. Quais os custos envolvidos no aluguer dos espaços, na contratação dos músicos, no aluguer de estruturas (palcos e som), qual o número de participantes nos jantares e comícios referidos e quais os valores angariados, bem como as listas de recolha de donativos.

### **3. Impossibilidade de Confirmar que todas as Acções de Campanha foram Reflectidas nas Contas. Custos e Receitas Eventualmente não Reflectidas Contabilisticamente**

De acordo com informações sobre as actividades e eventos da campanha dos Concelhos auditados, obtidas pela ECFP através de (i) verificações físicas no terreno relativamente a acções de campanha, (ii) recolha de notícias de eventos e (iii) acompanhamento do site do Partido, foram identificadas acções

relativamente às quais não foi possível identificar as receitas e as despesas associadas em virtude da informação existente não possuir um detalhe dos meios utilizados na sua concretização.

Acresce que a ocorrência das actividades e eventos da campanha, nomeadamente jantares, almoços e comícios com festa não originaram o registo de qualquer receita para o Partido.

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” identifica acções nos concelhos de Angra do Heroísmo, Aveiro, Beja, Braga, Coimbra, Faro, Lagos, Portimão, Alcobaça, Caldas da Rainha, Leiria, Amadora, Cascais, Lisboa, Oeiras, Sintra, Funchal, Amarante, Felgueiras, Gondomar, Matosinhos, Porto, Vila Nova de Gaia, Salvaterra de Magos, Santarém, Tomar, Almada, Setúbal e Viseu.

Como exemplo, destacamos as seguintes acções:

#### Concelho de Angra do Heroísmo

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Jantar comício no restaurante A Africana, com equipamento sonoro

#### Concelho de Aveiro

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Almoço na cantina da Universidade de Aveiro

#### Concelho de Braga

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Infomail contratado à empresa de publicidade BAAM
Não disponível	Jantar de apoiantes

#### Concelho de Coimbra

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Comício no Auditório do Instituto Português da Juventude – actuação ao vivo dos Dazkarieh

#### Concelho de Faro

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Jantar/Almoço apresentação dos candidatos no restaurante "Capitão-Mor" com 60 apoiantes – referência a angariação de fundos
Não disponível	Jantar - convívio no restaurante Coobital (com música ao vivo)
Não disponível	Comício – Festa no Auditório da Universidade do Algarve com João Vasconcelos (candidato).

### Concelho de Lagos

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Sede móvel - caravana

### Concelho de Portimão

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Comício Festa no pólo de Portimão da Universidade do Algarve com música ao vivo (sala 100 m2 alugada)

### Concelho de Alcobaca

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Almoço de apresentação de programa e candidatos – restaurante "Taberna do Monge" (cerca de 40 pessoas)
Não disponível	Sede de campanha – R. Alexandre Herculano; 150 m2, arrendamento por 1 mês (€500) e equipamento de som cedido.
Não disponível	Festa da Juventude no Bar Nostalgia

### Concelho de Caldas da Rainha

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Sede de campanha arrendada por 6 meses (sede do partido), aluguer de 1 PC, 1 multifunções e 1 TV

### Concelho de Leiria

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	300 t-shirts vendidas
Não disponível	Vários spots de rádio/tempo de antena gravados na Rádio Liz (instalações cedidas gratuitamente)

### Concelho da Amadora

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Jantar no Café Mimosa (Cova da Moura)

### Concelho de Cascais

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Equipamento sonoro alugado para espectáculos
Não disponível	Jornal de campanha (1 edição)

### Concelho de Lisboa

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Concerto dos Refilón no comício e festa de encerramento na Casa do Alentejo
Não disponível	Concertos de Camané e dos Mercado Negro no comício e festa no Largo do Carmo
Não disponível	Jantar de encerramento de campanha na Caravela d'ouro
Não disponível	Jantar na Voz do operário

### Concelho de Oeiras

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Jantar distrital com Francisco Louçã

### Concelho de Sintra

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Spot para as rádios locais

### Concelho do Funchal

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Jantar Comício "Convívio Popular" e concurso (electrodomésticos como prémios) com animação musical – Galáxia ( tenda, som, luz e palcos alugados) – Freguesia de S. Martinho, preço do jantar €11, preço do bilhete sorteio €2
Não disponível	Jantar de encerramento 420 pessoas ( incluindo crianças), preço €5 (€2,5 crianças)

### Concelho de Amarante

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Comício na cozinha dos Frades

### Concelho de Felgueiras

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Comício no Café Jardim
Não disponível	Comício Festa em Penacova
Não disponível	Inauguração da sede concelhia de campanha

### Concelho de Gondomar

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Almoço de candidatura do BE no restaurante Churrascaria Junqueira (preço €10)

### Concelho de Matosinhos

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Cinco jantares com personalidades locais pagas pelo BE de Matosinhos
Não disponível	Jantar no restaurante Farmácia Campos, pago pelos apoiantes

### Concelho do Porto

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Comício festa no Mercado da Afurada
Não disponível	Comício Porto Cinema do Terço

### Concelho de Salvaterra de Magos

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Concerto com os Rádio Macau e Uxu Kalhus na Glória do Ribatejo
Não disponível	Site elaborado gratuitamente por um militante do BE

### Concelho de Santarém

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Jantar/Almoço de encerramento de campanha

### Concelho de Tomar



<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Jantar de apresentação dos candidatos no restaurante Salsinha Verde com 40 pessoas
Não disponível	Comício Festa nas Instalações da Banda Filarmónica da Nabantina de Tomar com 250 apoiantes – com concerto

### Concelho de Setúbal

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Jantar de apresentação do programa e candidatos no restaurante Safibel
Não disponível	Comício Festa com animação pelo conjunto musical “Mercado Negro”.

### Concelho de Viseu

<u>Data de realização</u>	<u>Designação da acção</u>
Não disponível	Jantar de apresentação do programa e candidatos no restaurante da Perbenda com 150 apoiantes

Face ao exposto, solicitamos ao BE esclarecimentos quanto à razão das acções realizadas nos Concelhos acima descritos não constarem nos planos de actividade de campanha eleitoral apresentados pelo partido ao Tribunal Constitucional.

Solicitamos ainda, relativamente aos eventos almoços e jantares que o BE nos indique para cada uma das acções o custo das refeições, número de participantes e valor pago por cada participante e eventuais fundos angariados.

Relativamente às outras acções, como por exemplo: festas comícios, afixação de cartazes, jornais de campanha, espectáculos com artistas, distribuição de folhetos, produção e distribuição de brindes, pedimos o envio do(s) documentos(s) que permitirão à ECFP avaliar os custos e as receitas dessas acções e a sua adequação aos valores constantes na “Lista Indicativa de Preços” que, de acordo com a Lei, a ECFP publicou no Diário da República”. Caso não seja possível enviar os documentos, solicitamos a identificação dos respectivos meios (despesas incorridas e receitas obtidas).

No que diz respeito às Sedes de campanha, solicitamos a identificação da área, período de utilização e estado de conservação.

#### 4. Receitas não Reflectidas Contabilisticamente

A análise das contas da campanha eleitoral dos Concelhos de Leiria, Loures e de Vila Franca de Xira, permitiu identificar eventos de campanha, nomeadamente comícios com festas e jantares e espectáculos com artistas não reflectidos nas demonstrações das receitas dos respectivos concelhos.

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Leiria, refere -§ 8 que:

*" No decorrer do nosso trabalho constatámos a ocorrência de algumas actividades e eventos da campanha, nomeadamente venda de t-shirts e cedência de instalações, as quais não geraram qualquer receita para o Partido".*

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Loures, refere -§ 8 que:

*" Constatámos ainda, no decorrer do nosso trabalho, que a ocorrência das actividades e eventos da campanha descritos acima, nomeadamente comícios com festa e jantares não geraram qualquer receita pelo Partido ”.*

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Vila Franca de Xira, refere -§ 8 que:

*" Constatámos ainda, no decorrer do nosso trabalho, que a ocorrência das actividades e eventos da campanha descritos acima, nomeadamente a Barraca de campanha e almoços, não geraram qualquer receita pelo Partido ”.*

Necessitamos obter explicações para o facto das receitas das acções identificadas pela PWC não se encontrarem reflectidas nas demonstrações das receitas dos respectivos Concelhos.

Solicitamos relativamente aos eventos: almoços e jantares que o BE nos indique para cada uma das acções o custo das refeições, número de participantes e valor pago por cada participante.

Relativamente às outras acções, solicitamos o envio do(s) documento(s) que permitirão à ECFP avaliar os custos e as receitas dessas acções. Caso não seja possível enviar os documentos, solicitamos a identificação dos respectivos meios (custos incorridos e eventualmente receitas obtidas).

## **5. Não Foi Disponibilizada ao Tribunal Constitucional a Totalidade dos Extractos Bancários até à data de Cancelamento da Conta Bancária**

Constatámos que o Partido procedeu (para cada Concelho) à abertura de uma conta bancária específica para as actividades da campanha eleitoral, mas não enviou ao Tribunal Constitucional a totalidade dos extractos bancários conforme o disposto na alínea a) do nº7 do artigo 12º da Lei 19/2003, de 20 de Junho. (ver ponto 11 da Secção D).

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Angra do Heroísmo, Aveiro, Beja, Braga, Guimarães, Castelo Branco, Coimbra, Figueira da Foz, Évora, Faro, Lagos, Loulé, Portimão, Alcobaça, Caldas da Rainha, Leiria, Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Odivelas, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira, Funchal, Portalegre, Amarante, Felgueiras, Gondomar, Matosinhos, Porto, Vila Nova de Gaia, Salvaterra de Magos, Santarém, Tomar, Alcochete, Almada, Setúbal, Viseu e Guarda - refere que:

*“À data de finalização do nosso trabalho não nos foi possível confirmar se o Partido havia procedido, ou não, ao encerramento da referida conta bancária. Tendo em consideração que não nos foi disponibilizada a totalidade dos extractos bancários desde a abertura da conta em apreço, não podemos aferir em que medida (i) todos os movimentos de receitas e despesas da Campanha Eleitoral em análise foram aí registados, tal como estipulado no nº3 do artigo 15º da Lei nº19/2003, de 20 de Junho, (ii) a liquidação financeira das despesas da Campanha Eleitoral revela situações de excepção ao artigo 19º da Lei nº 19/2003, de 20 de Junho e (iii) todas as receitas e despesas com a Campanha Eleitoral estão registadas nos mapas enviados ao Tribunal Constitucional”.*

Solicitamos que os extractos bancários em falta sejam integralmente disponibilizados.

## **6. Movimentos na Conta Bancária Sem Reflexo nas Contas da Campanha**

A análise dos extractos bancários permitiu identificar movimentos na conta bancária da campanha dos Concelhos de Angra do Heroísmo, Beja, Braga, Guimarães, Coimbra, Faro, Portimão, Alcobaça, Lisboa, Vila Franca de Xira,

Funchal, Amarante e Santarém sem reflexo na Demonstração de Receitas e Despesas apresentada pelo BE ao Tribunal Constitucional.

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Angra do Heroísmo, refere -§ 6 que:

*" (...) foram identificados dois cheques emitidos (nº 1362 e nº 1363) cujo montante, € 90, não foi identificado como despesa".*

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Beja, refere -§ 5 que:

*" (...) tendo sido identificada uma entrada na conta do concelho em 27.09.2005, no valor de €10, consubstanciada em transferência bancária com o descritivo "Donativo", não registada nas receitas do concelho, e uma saída do mesmo montante €10, em 28.09.2005 não registada nas despesas. "*

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Braga, refere -§ 5 que:

*" (...) tendo sido identificadas duas saídas de fundos, de €290 e €1.935, em Agosto e Setembro de 2005, respectivamente, às quais, de acordo com informação disponível, não correspondem valores registados nas despesas".*

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Guimarães, refere -§ 5 que:

*"Por fim, constatámos que os extractos bancários apresentam evidência de movimentos de receitas e despesas da campanha, não registados nos mapas enviados ao Tribunal Constitucional, nomeadamente pelo facto de existir uma entrada de fundos na conta do concelho em 15.07.2005, no valor de €50, consubstanciada em transferência bancária com o descritivo "Depósitos em numerário", não registada nas recitas do concelho, e uma saída do mesmo montante €50, em 12.08.2005 não registada nas despesas. "*

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Coimbra, refere -§ 5 que:

*"(...) tendo sido identificada uma despesa registada nas contas do concelho de €1.942 (suportada por recibo em nome do Partido) sem que se verifique a saída de dinheiro na conta do concelho(estando inclusivamente descrito "Numerário" no detalhe de despesas preparado pelo Partido), bem como uma*

*receita no mesmo montante registada em Angariações de fundos sem que se verifique a entrada de dinheiro na conta do concelho.*

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Faro, refere -§ 5 que:

*"(...) tendo sido identificada uma saída de fundos da conta do concelho, em 20.12.2005, no valor de €288, consubstanciada em cheque emitido, não registado nas despesas do concelho."*

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Portimão, refere -§ 5 que:

*"(...) tendo sido identificada uma saída de fundos da conta do concelho, em 19.09.2005, no valor de €10, consubstanciada em débitos bancários, não registada nas despesas do concelho."*

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Alcobaça, refere -§ 10 que:

*"A análise efectuada às receitas de campanha, permitiu identificar uma entrada de fundos na conta bancária específica do concelho, identificada como empréstimo, no montante de €30, em 23 de Setembro de 2005. No entanto, o descritivo da documentação suporte não nos permitiu concluir pela origem desse empréstimo nem pela data do seu eventual reembolso (...)"*

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Lisboa, refere -§ 5 que:

*"Por fim, constatámos que os extractos bancários apresentam evidência de movimentos de receitas e despesas da campanha, não registados nos mapas enviados ao Tribunal Constitucional, nomeadamente (i) uma entrada de fundos na conta do concelho, em 17 de Fevereiro de 2006, no valor de €5.000, consubstanciada em transferência bancária, não registada nas receitas do concelho e uma saída de fundos, pelo mesmo montante, em 4 de Maio de 2006, consubstanciada em cheque, não registado nas despesas do concelho, e (ii) duas saídas de €100 e de €10 em Setembro de 2005 e Maio de 2006, respectivamente, também não identificadas nas despesas do concelho."*

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Vila Franca de Xira, refere -§ 5 que:

*"(...) tendo sido identificados débitos directos do banco não registados nas contas da campanha, no montante de €14."*

O Relatório da PWC – Anexo A – "Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado" – concelho do Funchal refere -§ 5 que:

*"No decurso do nosso trabalho, identificámos um movimento a débito e outro a crédito no extracto bancário, ambos pelo montante de €525, sem relevo nas contas da campanha. A inexistência de informação de suporte não nos permite concluir sobre a adequacidade da situação."*

O Relatório da PWC – Anexo A – "Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado" – concelho de Amarante refere -§ 11 que:

*"A análise efectuada às receitas da campanha, permitiu identificar uma entrada de fundos na conta bancária específica do concelho, identificada como empréstimo, no montante de €500, em 27 de Julho de 2005 (...)"*.

O Relatório da PWC – Anexo A – "Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado" – concelho de Santarém refere -§ 5 que:

*"Adicionalmente, salientamos que o BE não procedeu à elaboração de qualquer reconciliação bancária, tendo sido identificada uma entrada de fluxos na conta bancária do concelho, em 4 de Agosto de 2005, no montante de €2.000, consubstanciada em transferência bancária não registada como receita nas contas da campanha, e uma saída no mesmo montante, em 15 de Setembro, não registada como despesa nas referidas contas."*

Face ao exposto, solicitamos que o BE nos forneça, relativamente a cada movimento bancário acima descrito, cópias dos documentos de suporte (documentos emitidos pela entidade bancária) e as razões para os referidos movimentos não terem sido registados na Demonstração de Receitas e Despesas dos respectivos Concelhos.

## **7. Receitas de Angariação de Fundos sem Identificação do Doador**

Em conformidade com o nº3 do artigo 16º da Lei nº19/2003, de 20 de Junho, o produto da actividade de angariação de fundos é obrigatoriamente titulado por cheque ou por outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem.

A análise dos mapas referentes à prestação de contas dos concelhos de Guimarães, Coimbra, Leiria, Lisboa, Sintra, Amarante, Gondomar, Vila Nova de Gaia, Salvaterra de Magos, Almada, Setúbal, Viseu e Guarda permitiu identificar montantes de angariação de fundos, para os quais não foi possível proceder à identificação do doador, o que contraria as disposições legais sobre a matéria.

<u>Concelho</u>	<u>Valor</u>	<u>Comentários Genéricos da PWC</u>
Guimarães	370	Não existem recibos e/ou lista de participantes
Coimbra	1.942	Não existem recibos e/ou lista de participantes
Leiria	100	Não existem recibos e/ou lista de participantes
Lisboa	3.415	Não existem recibos e/ou lista de participantes
Sintra	733	Não existem recibos e/ou lista de participantes
Amarante	555	Não existem recibos e/ou lista de participantes
Gondomar	150	Não existem recibos e/ou outra documentação
Vila Nova de Gaia	169	Não existem recibos e/ou lista de participantes
Salvaterra de Magos	2.472	Sem qualquer documento de suporte
Almada	500	Não existem recibos e/ou lista de participantes
Setúbal	720	Não existem recibos e/ou lista de participantes
Viseu	86	Não existem recibos e/ou lista de participantes
Guarda	100	Não existem recibos e/ou lista de participantes

As situações referidas revestem alguma gravidade. Solicitamos o envio dos documentos em falta que permitam a identificação da origem dos fundos (doadores), como decorre da Legislação, na medida em que é proibido o anonimato.

## 8. Receitas de Angariação de Fundos Depositados em Data Posterior ao Acto Eleitoral

A análise efectuada às contas de campanha dos Concelhos auditados, permitiu identificar inúmeros fundos angariados que só foram depositados depois da data das eleições e que totalizam 4.154 euros.

<u>Concelhos</u>	<u>Receitas Ang de Fundos</u>	<u>Receitas - Ang de Fundos c/ data posterior ao acto eleitoral</u>	
	<u>valor</u>	<u>valor</u>	<u>%</u>
Guimarães	370	370	100%
Lisboa	3.465	3.465	100%
Gondomar	150	150	100%

Vila Nova de Gaia	169	169	100%
	4.154	4.154	100%

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelhos acima descritos refere que:

*" (...) foi depositado na conta bancária em data posterior à da realização do acto eleitoral. Não foi obtida qualquer justificação dos Serviços do Partido para esta situação."*

Entendemos que as receitas de angariação de fundos devem ser depositadas na conta bancária da campanha imediatamente a seguir às acções que lhe deram origem e nunca ultrapassando o dia das eleições, com excepção das angariações de fundos apuradas nos últimos dois dias, que devem ser depositadas no primeiro dia útil a seguir às eleições.

Face ao exposto, necessitamos de obter explicações para o facto de o montante de 4.154 euros de fundos, ter sido depositado depois do acto eleitoral de 9 de Outubro de 2005.

## **9. Receitas de Angariação de Fundos Não Depositadas Na Conta Bancária**

No decurso da auditoria, foram identificadas receitas de angariação de fundos no concelho de Coimbra não depositadas na respectiva conta bancária o que é expressamente proibido no nº 3 do artº 15º da Lei nº 19/2003, de 20 de Junho.

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelho de Coimbra refere -§ 9 que:

*"Constatámos que o valor de € 1.942 registado como receitas do produto de actividades de angariação de fundos não foi identificado nos extractos bancários disponíveis, pelo que, eventualmente não terá sido cumprido o disposto no nº 3 do artigo 16º da Lei nº 19/2003, de 20 de Junho (...)"*.

Solicitamos a eventual contestação.

## **10. Despesas de Campanha com Data Posterior ao Acto Eleitoral**

No decurso da auditoria, foram identificadas despesas de campanha eleitoral suportadas por documentos – facturas/recibos – com data de emissão posterior à do acto eleitoral no montante de 15.353 euros.



<u>Concelhos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Despesas c/ data posterior</u>	
	<u>Directas</u>	<u>à do acto eleitoral</u>	
	<u>valor</u>	<u>valor</u>	<u>%</u>
Braga	12.473	1.332	11%
Guimarães	6.235	1.416	23%
Castelo Branco	1.796	943	53%
Coimbra	8.298	2.774	33%
Faro	6.661	695	10%
Loulé	3.192	815	26%
Vila Franca de Xira	3.201	250	8%
Funchal	16.494	2.000	12%
Felgueiras	4.381	903	21%
Gondomar	4.857	175	4%
Matosinhos	6.578	375	6%
Salvaterra de Magos	28.178	2.445	9%
Santarém	4.020	200	5%
Setúbal	9.113	1.030	11%
	115.477	15.353	13%

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – nos Concelhos de Braga, Guimarães, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Loulé, Vila Franca de Xira, Funchal, Felgueiras, Gondomar, Matosinhos, Salvaterra de Magos, Santarém e Setúbal - identifica as despesas suportadas por documentos com data de emissão posterior à do acto eleitoral: “ A análise às despesas da campanha, permitiu-nos identificar documentos de custos com serviços prestados após o período da Campanha Eleitoral (...).”

De acordo com as regras previstas nas recomendações da ECFP não se aceitam despesas facturadas após o termo da campanha eleitoral, com excepção das facturas de encerramento de campanha.

Solicitamos que nos comprovem que as facturas consideradas como despesa, nas condições descritas são inequivocamente facturas referentes a fornecimentos de bens e serviços da Campanha Autárquica. Enviem-nos, por favor, cópias de todas as facturas nestas condições.

#### **11. Despesas de Campanha – Descritivo Incompleto ou Pouco Claro nas Facturas dos Fornecedores – Material de Campanha**

A análise efectuada às contas de campanha dos Concelhos auditados permitiu identificar despesas registadas em diversas rubricas, cujo descritivo da

documentação de suporte é incompleto ou não é suficientemente claro para nos permitir concluir sobre a correcta qualificação ou identificação das despesas apresentadas, ou ainda da sua apreciação à luz da “lista indicativa” de preços que a ECFP enunciou, como é de lei, no Diário da República.

<u>Concelhos</u>	<u>Despesas Directas</u>	<u>Despesas c/ descritivo incompleto ou pouco claro</u>	<u>%</u>	<u>Descrição das Despesas mais significativas</u>
	<u>valor</u>			
Coimbra	8.298	242	3%	Out-doors
Faro	6.661	495	7%	Impressão de cartazes
Loulé	3.192	799	25%	Painéis publicitários
Lisboa	74.553	22.260	30%	Cartazes, desdobrável, Flyers
Vila Nova de Gaia	7.564	1.101	15%	Cartazes
Salvaterra de Magos	28.178	8.946	32%	Aluguer da sede, Cartazes, Folhetos
Tomar	1.666	1.129	68%	Cartazes
Almada	10.496	5.205	50%	Folhetos, desdobráveis
Setúbal	9.113	175	2%	Impressão de cartazes
Viseu	2.470	1.670	68%	Desdobráveis
	152.191	42.022	28%	

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – concelhos acima descritos - identifica as despesas cujo descritivo da documentação de suporte é incompleto ou não é suficientemente claro:

*" A análise efectuada às despesa da campanha, permitiu identificar despesas com publicidade, cujo descritivo da documentação de suporte não nos permite avaliar a sua razoabilidade face aos preços de referência constantes da Listagem Indicativa do valor dos principais meios de Campanha e de Propaganda Política, divulgada pela ECFP, no âmbito das competências descritas no nº 3 do artigo 9º da Lei Orgânica nº2/2005, de 10 de Janeiro."*

Face ao exposto, solicitamos que nos informem a descrição completa, com todas as especificações seguintes, sobre:

- Cartazes - Outdoors (temas-slogan, números de séries, tipo de impressão, formato, quantidades impressas);
- Bandeiras (tipo de material de confecção e a indicação se inclui, ou não, a haste e de que material esta é feita);
- Jornal de Campanha (indicação do tipo de impressão, formato, tipo de papel, nº de paginas e nº de exemplares);

- Folhetos – Manifestos – Desdobráveis (tema–slogan, tipo de impressão e nº de cores, formato, nº de exemplares, tipo e gramagem de papel e nº de dobras); e
- Distribuição de folhetos (que tipo de distribuição foi utilizado – infomail, taxa paga, mão a mão -, respectivas zonas com indicação de quantidades no caso de Lisboa e Porto e datas de distribuição).

Relativamente aos cartazes/outdoors e para os Concelhos auditados pela PWC gostaríamos, ainda, que nos enviassem um mapa que indique o seguinte:

- Quantidade e localização dos outdoors e sua dimensão;
- Indicação de quantas vezes foi mudado o cartaz, para cada uma das posições;
- Fornecedor, por Concelho dos outdoors;
- Facturas de fornecimento dos outdoors, com indicação das quantidades e preços unitários facturados.

Só na posse desta informação estaremos em condições de cruzar a informação reflectida contabilisticamente com a informação obtida através das informações recolhidas pela ECFP nas inspecções de rua e através de outras fontes de informação.

## **12. Despesas de Campanha – Custos bastante diferentes dos preços de referência da lista publicada pela ECFP (preços de mercado)**

No decurso da auditoria, foram identificadas despesas de campanha nos Concelhos de Loulé, Lisboa, Felgueiras, Gondomar, Matosinhos, Santarém e Setúbal, que não foram valorizadas, nas contas da Campanha, conforme “Lista indicativa do valor dos principais meios de campanha e de propaganda política”, publicada pela ECFP em Diário da República.

Como exemplo, destacamos as seguintes despesas:

### Concelho de Loulé

<u>Descrição da Despesa</u>	<u>Contas da Campanha</u>	<u>Lista - ECFP</u>
	Custo unitário	Custo unitário
Faixas com impressão Digital – Factura nº 272	112 euros	Telas com lettering em vinil

		(4*1,3 m)
--	--	-----------

### Concelho de Lisboa

<u>Descrição da Despesa</u>	<u>Contas da Campanha</u>	<u>Lista - ECFP</u>
	Custo unitário	Custo unitário
Aluguer de auditório na FCSH – factura nº007.00078	250	Sala para menos de 500 pessoas €1.750
		Sala para 500 a 1.000 pessoas €3.750

### Concelho de Felgueiras

<u>Descrição da Despesa</u>	<u>Contas da Campanha</u>	<u>Lista - ECFP</u>
	Custo unitário	Custo unitário
Renda da sede de campanha	€3,13/m2	€10/m2

### Concelho de Gondomar

<u>Descrição da Despesa</u>	<u>Contas da Campanha</u>	<u>Lista - ECFP</u>
	Custo unitário	Custo unitário
Renda da sede de campanha	€5,80/m2	€15/m2

### Concelho de Matosinhos

<u>Descrição da Despesa</u>	<u>Contas da Campanha</u>	<u>Lista - ECFP</u>
	Custo unitário	Custo unitário
Renda da sede de campanha	€5,00/m2	€15/m2

### Concelho de Santarém

<u>Descrição da Despesa</u>	<u>Contas da Campanha</u>	<u>Lista - ECFP</u>
	Custo unitário	Custo unitário
Renda da sede de campanha	€3,33/m2	€15/m2

### Concelho de Setúbal

<u>Descrição da Despesa</u>	<u>Contas da Campanha</u>	<u>Lista - ECFP</u>
	Custo unitário	Custo unitário
Renda da sede de campanha	€5,60/m2	€15/m2

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – no concelho de Loulé, Lisboa, Felgueiras, Gondomar, Matosinhos, Santarém e Setúbal - refere :

*"(...) O cruzamento dos custos unitários indicados nesta lista indicativa com o custo unitário das despesas apresentadas pelo BE revelou algumas disparidades."*

Solicitamos que nos indiquem as razões para tais divergências e que nos enviem os contratos de prestação de serviços e as facturas referentes à prestação destes bens e serviços.

### **13. Despesas Superiores a um Salário Mínimo Mensal Nacional Pagas em Numerário**

No decurso da auditoria ao Concelho de Coimbra, foram identificadas despesas de campanha eleitoral de montantes superiores a um salário mínimo mensal nacional liquidadas em numerário, o que é expressamente proibido nos nºs 1 e 2 do artº 9º da Lei nº 19/2003, de 20 de Junho.

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – no concelho de Coimbra refere -§ 10.4 que:

*"No decorrer do nosso trabalho identificámos a liquidação de despesas em numerário, no montante de €1.942, o que contraria o disposto no nº3 do artigo 19º da Lei nº 19/2003, de 20 de Junho. (...)."*

Solicitamos a eventual contestação.

### **14. Despesas de Campanha com Bens Móveis**

No decurso da auditoria, foram identificadas despesas de campanha eleitoral com a aquisição de bens imobilizados no montante de 11.302 euros.

<u>Concelhos</u>	<u>Valor</u>
Coimbra	933
Figueira da Foz	272

Loulé	700
Portimão	255
Lisboa	4.898
Vila Franca de Xira	301
Portalegre	271
Gondomar	95
Porto	653
Vila Nova de Gaia	1.301
Salvaterra de Magos	230
Santarém	556
Setúbal	837
	<hr/>
	11.302

De acordo com as regras previstas nas recomendações da ECFP não se aceitam despesas com aquisição de bens imobilizados. Face ao exposto as despesas de campanha estão sobreavaliadas em cerca de 11.302 euros.

## 15. Controlo de Receitas e Despesas

A PWC constatou, ao longo do trabalho de análise aos documentos de prestação de contas dos concelhos auditados algumas deficiências a nível do suporte documental das despesas. De entre as situações identificadas, destacamos as seguintes:

- os documentos de despesa não se encontram aprovados pelo Mandatário Financeiro;
- os documentos de despesa não indicam a que acção de campanha se referem;
- despesas genéricas/correntes do Partido, em que não se verifica a evidência da sua relação exclusiva com a Campanha;
- despesas com combustíveis sem indicação das viaturas e dos quilómetros percorridos;
- despesas que não se encontram adequadamente suportadas por documentação legível; e
- despesas com aluguer de viaturas, sem que tenha sido reportado qualquer custo com combustíveis;

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – em todos os concelho auditados – refere que :

*" Tendo em consideração o exposto, não estamos em condições de avaliar em que medida as despesas acima correspondem, ou não, a despesas da Campanha Eleitoral em análise".*

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – no concelho de Faro refere -§ 9.1 que:

*"Há ainda a salientar que a numeração dos documentos de despesa não é sequencial, verificando-se a falta de atribuição e/ou registo de alguns números atribuídos e a existência na pasta de documentação suporte de algumas facturas que não estão registadas nas contas (mas endereçadas ao BE Porto: €178). Não foi obtida qualquer justificação para o efeito dos Serviços do Partido."*

O Relatório da PWC refere -§ 5.11 – Sistema de controlo interno - que:

*" Em resultado da análise efectuada não é possível aferir sobre os controlos exercidos pelos Serviços Centrais do Partido e pelos Serviços das Concelhias com o objectivo de garantir que todas as receitas e despesas efectuadas no âmbito da Campanha Eleitoral para as Eleições Autárquicas se encontram registadas nas respectivas contas.*

*No entanto, obtivemos a seguinte explicação do Partido: "Ao nível central, todas as despesas foram analisadas pela equipa de controlo financeiro das eleições, sendo apenas integradas nas contas de campanha as despesas adequadas. No caso de despesas mais avultadas, previamente sujeitas a consultas e orçamentos, a despesa foi confirmada pela pessoa responsável pela sua adjudicação e, posteriormente, pelos titulares da conta bancária quando do respectivo pagamento. Ao nível local, dado o menor volume de operações, os mandatários financeiros locais participaram em todas as decisões, autorizando as respectivas despesas".*

Solicitamos uma apresentação dos controlos exercidos pelo Partido no sentido de garantir (i) que todas as receitas foram depositadas, (ii) que todos os donativos em espécie foram registados, (iii) que não houve receitas de angariação de fundos de Campanha que tenham sido indevidamente registadas nas contas do BE e não nas contas da Campanha, (iv) que todas as despesas foram aprovadas e registadas, (v) que todas as despesas se encontram adequadamente suportadas por documentação legível e (vi) que todas as despesas correspondem a despesas da campanha eleitoral.

## **16. Documentos de Prestação de Contas – Não Assinados pelos Mandatários Financeiros**

Conforme estabelecido no nº1 e nº 2 do artigo 21º e nº 1 do artigo 22º da Lei nº19/2003, de 20 de Junho, e no nº 2 do artigo 18º da Lei nº 2/2005, de 10 de Janeiro, por cada conta de campanha é constituído um mandatário financeiro a quem cabe o depósito de todas as receitas e a autorização e controlo das despesas de campanha. O mandatário financeiro nacional pode designar mandatários financeiros de âmbito local.

Os mandatários financeiros são responsáveis pela elaboração e apresentação das respectivas contas de campanha.

O Relatório da PWC refere -§ 5.3- Responsabilidade pela Informação Prestada - que:

*"A validação das contas apresentadas pelo BE ao Tribunal Constitucional, através de assinatura do mandatário nacional, apenas foi efectuada para as contas consolidadas da actividade da Campanha Eleitoral do Partido, datadas de 8 de Maio de 2006.*

*No entanto, posteriormente ao nosso pedido, foram-nos entregues devidamente assinadas as contas da Conta central e dos concelhos de Lisboa e do Porto. Entendemos que esta informação tenha igualmente sido enviadas para o Tribunal Constitucional.*

*Tendo em consideração o disposto nos artigos 21º e 22º da lei nº19/2003, de 20 de Junho, não estamos em condições de avaliar o impacto desta situação, se algum, na informação prestada ao Tribunal Constitucional."*

Face ao exposto, solicitamos o envio dos documentos de prestação de contas dos Concelhos em falta, assinados pelos respectivos mandatários financeiros.

#### **17. Não Apresentação do Balanço de Campanha**

De acordo com as recomendações emitidas pela ECFP, o BE deveria ter apresentado a nível consolidado, a nível central e a nível concelhio os respectivos Balanços de Campanha, reportados à data das Eleições, com indicação: (i) das dívidas a fornecedores, (ii) dos valores a receber do estado, (iii) dos saldos a receber ou a pagar ao Partido, (iv) dos saldos das contas de depósitos bancários e (v) dos saldos finais da campanha.

Face ao exposto, solicitamos o envio dos Balanços de Campanha em falta.

#### **18. Não Apresentação da Prova de Publicação do Mandatário Financeiro**



Conforme estabelecido no nº1 do artº 17º da Lei nº2/2005, de 10 de Janeiro, deve o Partido apresentar ao Tribunal Constitucional a prova da publicação em jornal de circulação local a identificação do respectivo mandatário financeiro.

Em resultado do trabalho de auditoria constatámos que o BE para os Concelhos auditados, enviou ao Tribunal Constitucional as provas das publicações em jornais de publicação nacional.

O Relatório da PWC – Anexo A – “Relatório descritivo de conclusões por Concelho analisado” – de todos os concelhos auditados - refere -§ 4 que:

*"Salientamos que, até à data, não deu entrada no Tribunal Constitucional a prova da publicação em jornal de circulação local da divulgação do mandatário financeiro, tendo apenas sido apresentados os anúncios em jornais de publicação nacional (...)."*

O Relatório da PWC refere -§ 4.6- Mandatários - que:

*"(...) tendo apenas sido apresentados no Tribunal Constitucional os anúncios em jornais de publicação nacional, DN e JN de 14 de Setembro de 2005."*

Face ao exposto, solicitamos o envio dos documentos em falta.

## **19. Circularização de Saldos e Transacções**

Com vista à obtenção de confirmação externa (por parte dos fornecedores) dos saldos e transacções efectuados pelo BE durante a campanha eleitoral, a PWC, a nosso pedido, procedeu à circularização do fornecedor Grafisdecor.

O Relatório da PWC refere -§ 5.10 – Obtenção de confirmação de transacções da Campanha Eleitoral- que:

*" Até à data deste relatório não foi obtida resposta do fornecedor circularizado, Grafisdecor, pelo que não estamos em condições de avaliar se a obtenção da resposta deste fornecedor nos permitiria apurar situações, ou fornecimentos, não identificados na informação prestada pelo Partido.*

*No entanto, é de salientar a situação descrita no ponto anterior, sendo que o valor total de fornecimentos da campanha registados na Conta central, prestados pela Grafidescor, ascende a €516.248, com IVA.*

Face ao exposto, sugerimos que seja contactado, pelo BE, o fornecedor que não respondeu ao pedido de confirmação de saldos e que lhe seja solicitada a resposta em falta, com alguma brevidade.

## **G Conclusões**

Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, consideramos que, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações de âmbito, situações anómalas e incorrecções cujo impacto nas Contas de Campanha não conseguimos quantificar, apresentadas nos parágrafos nºs 1 a 14 da Secção D e nos parágrafos nºs 1 a 8, 10 a 13 e 15 a 19 da Secção F, e excepto quanto ao impacto das situações descritas nos parágrafos 4 (parte) e 9 (parte) da Secção D e 9 e 14 da Secção F, nada mais chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir sobre a existência de outras situações materialmente relevantes que afectem as Contas da Campanha Eleitoral para as Eleições Autárquicas realizadas em 9 de Outubro de 2005, apresentadas pelo **“Bloco de Esquerda”**.

É também nosso parecer que foram identificados diversos incumprimentos à Lei, apresentados nos parágrafos nºs 1, 4, 7, 8, 10, 11 e 12 da Secção D e nos parágrafos nºs 1 a 9, 12, 13, 14, 16, 17 e 18 da Secção F.

Esta conclusão será alterada no Parecer final que viermos a emitir, se nos vier a ser facultada documentação adicional ou esclarecimentos suplementares, relativamente a cada uma das limitações de âmbito, situações anómalas e incorrecções descritas ao longo deste Relatório.

Lisboa, 29 de Junho de 2007

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos